



Índice

- 01** Sônia Guajajara para Rel-Uita:
- 02** Povo Ka'apor denuncia invasão de madeireiros nas terras indígenas do Maranhão
- 03** Ribeirinhos sofrem com transporte escolar em Corumbá
- 04** Entenda a razão do impasse entre o movimento indigenista e o governo
- 05** Funai comemora expulsão de agricultores da região do Ajarani, em Roraima
- 06** Indigenóide suspeito de envolvimento em assassinato de agricultor é espancado por populares na Bahia
- 07** Governo anuncia investimento histórico nas reservas extrativistas do Acre
- 08** Perdemos um grande guerreiro!
- 09** Seminário discute comércio de castanha como ferramenta de gestão ambiental
- 10** TPP Canadá termina com responsabilização das empresas e do Estado canadense por violações aos direitos humanos
- 11** História de José Porfírio e da guerrilha de Trombos e Formoso, Goiás, por Hélio Brito – completo em três partes
- 12** Mais uma: "Criação de unidade de conservação expulsa moradores das próprias terras"
- 13** Movimento indigenista se organiza para demarcações no Piauí



- 14 Funai expulsa os últimos produtores rurais do Ajarani enquanto índios yanomami esmolam em Boa Vista
- 15 Índios comemoram desocupação de reserva Yanomami em Caracaraí, RR
- 16 Missão Tremembé precisa de ajuda
- 17 Na Amazônia, ditadura matou mais índios do que guerrilheiros
- 18 Formação amplia direitos indígenas
- 19 Relatório questiona Lei das Cotas e sugere mensalidade em faculdade pública
- 20 Kátia garante atender às reivindicações da comunidade Apinajé e recebe cocar em respeito
- 21 CNJ discutirá proposta para incluir raça e etnia em sistema de acompanhamento de execução de penas
- 22 Esporte apoia a Ação Karajá; Objetivo é diminuir suicídios de jovens indígenas
- 23 Novo Gavião? Time indígena chega a Santarém e sonha com Parazão
- 24 Brasil avança em políticas de inclusão para minorias
- 25 Livro resgata arte indígena
- 26 Crea-BA assume vaga no Conselho de Meio Ambiente
- 27 Povos indígenas de Porto Velho reivindicam acordos com Funai
- 28 Projeto 'Urumari Vivo' inicia suas atividades em defesa de Igarapé em Santarém
- 29 A inversão de papéis na história da prisão do cacique Babau, por Daniela Fernandes Alarcon



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

30 [A Peleja do Povo Contra o Dragão de Ferro \[Não à Vale e a Carajás!\]](#)



Sônia Guajajara para Rel-Uita:
SÍTIO CIMI, 30.05.2014



“Quem está subvertendo a ordem é o próprio Congresso, em um plano de extermínio dos povos indígenas. O Congresso Nacional quer acabar com as Terras Indígenas”

A Rel dialogou com Sônia Guajajara, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e coordenadora do Protesto que ocorreu terça-feira 27 em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, com a participação de representantes de mais de cem povos indígenas. As manifestações que estão ocorrendo em Brasília denunciam a redução das terras indígenas, a discriminação e violação dos direitos indígenas.

Depois de protestarem em frente ao Congresso, os representantes indígenas protocolaram queixa-crime contra os deputados federais Luís Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS), por terem incitado a violência contra os povos indígenas, quilombolas, gays e lésbicas em um vídeo publicado na internet, referindo-se a eles como “tudo que não presta no Brasil”.

-Sônia, qual é o foco dessas manifestações que estão acontecendo nessa semana em Brasília?

-Nosso foco é um só: A violação de nossos direitos. Você sabe que há uma regressão e um ataque do Congresso Nacional aos direitos indígenas, colocando em foco diretamente a questão da terra. Há uma paralisação da demarcação das terras indígenas. É importante dar a maior visibilidade possível para esta gravíssima questão.

Todas as PECs que estão tramitando no Congresso caminham no mesmo sentido, negar as terras aos povos indígenas, mudar a Constituição e legalizar a exploração das terras em solo

CONT.



indígena, pelos ruralistas, pelo agronegócio, pelas mineradoras.

Todas as medidas que estão no Congresso Nacional, seja por meio de PEC ou de PL, possuem este foco, tomar as terras indígenas. Acabar com este direito.

-E por quê?

-Porque no Brasil o que realmente está acontecendo é um interesse econômico fortíssimo, e como não há mais nenhuma terra pública para a produção o que eles estão enxergando para fazer crescer o país são as terras indígenas, para utilizá-las para a produção em nome do capital.

Estamos num momento muito complicado, e essa luta é para manter os nossos direitos e estamos sendo muito criminalizados por isto. Muitas lideranças indígenas estão sendo presas, em suas regiões, porque estão lutando pela terra.

E aí temos que vir até Brasília para denunciar essa situação, e enfrentar uma polícia truculenta. Levaremos ao Congresso seis indígenas feridos a bala, por causa das repressões contra a nossa manifestação.

Além dos seis indígenas, um fotógrafo da Reuters e um padre também foram feridos durante o ataque da polícia.

-O que você tem a dizer sobre a criminalização dos povos indígenas?

-A situação hoje é bem grave. Temos várias lideranças indígenas presas, acusadas de formação de quadrilha, quando na verdade estão lutando em suas terras, sendo acusadas de crimes, como sequestro e roubo, e criminalizadas sem provas.

Os próprios deputados usam a mídia para incitar a violência contra os povos indígenas. Ontem, nós entramos com uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dois deputados, por terem feito discursos agressivos incitando violência contra os povos indígenas.

E nós cobramos um posicionamento do STF, em relação a esta postura dos deputados. Já que eles enquanto representantes parlamentares do povo não podem se utilizar desse lugar para intensificar os conflitos no campo.

A República dos Ruralistas

-Em sua opinião, há uma articulação dentro do governo?

-Claro! Todos os poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário estão articulados contra os direitos indígenas. O Judiciário em sua lentidão demora muito e nunca conseguimos ver nossas terras demarcadas.

O Executivo porque se alia ao Legislativo, já que ambos têm interesses em comum. E o

CONT.



interesse é também de campanha, porque o agronegócio é o que acaba financiando as campanhas eleitorais.

E com isso a aliança entre eles é muito forte dentro do Congresso. Os deputados são eleitos com esse dinheiro, e esses três Poderes que estariam para garantir os direitos da população e a democracia, o que fazem é se aliar ao Poder Econômico dos Ruralistas.

E aliada a eles, não podemos nos esquecer, está a Grande Mídia. Porque a mídia praticamente é toda de políticos que querem jogar para a população uma versão diferente da realidade, para gerar na sociedade uma ideia errada sobre as lutas dos povos indígenas do Brasil. E a população fica desinformada.

-O que, então, você gostaria que a população soubesse?

-Que estamos lutando pelos nossos direitos, pela nossa existência enquanto povos, pela nossa sobrevivência, buscando visibilidade, ser escutados, e avisar ao mundo que nossa luta não é por privilégios, é por direitos. Simplesmente isso. E outros movimentos já estão se unido a nós, entre eles o MST, os quilombolas e os extrativistas.

É importante alertar que quem reverteu tudo não fomos nós. Quem está subvertendo a ordem é o próprio Congresso.

A população precisa abrir os olhos e entender que o que existe hoje é uma República Federativa Ruralista do Brasil, e por isso criamos o site A República dos Ruralistas, para denunciar esse absurdo incontestável, quem hoje manda, legisla e dirige a política no Brasil são os ruralistas, seja na bancada ruralista, seja fora dela.



Povo Ka'apor denuncia invasão de madeireiros nas terras indígenas do Maranhão
SÍTIO CIMI, 30.05.2014

O povo Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiagu, no Maranhão, divulgou carta exigindo expulsão de madeireiros de seu território. De acordo com os indígenas, o avanço da exploração ilegal de madeira tem ameaçado a comunidade. "Estamos reféns dentro de nossa própria casa. Não podemos andar nas cidades da região, não podemos usar os serviços e acessar benefícios. Não podemos realizar nossas caçadas e trabalho de roça próximo aos limites que somos ameaçados", diz trecho da carta.

Leia o documento na íntegra:

"A morte da floresta é a morte de nosso povo" - Ameaças, perseguições e agressões aos Ka'apor na Terra Indígena Alto Turiagu, Maranhão

É com muita tristeza que nós, povo Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiagu continuamos denunciando as agressões e invasões de nosso território. Mesmo a gente realizando autovigilância, autofiscalização e limpeza dos limites com identificação dos marcos demarcatórios com recursos e esforços próprios não estamos sendo respeitados em nossos direitos. Está sendo difícil realizar o trabalho de proteção com tamanha estrutura de armamento e violência que a gente vem sofrendo pelos madeireiros.

Após várias operações realizadas pela polícia federal e ambiental (do Estado), Exército, Funai e Força Nacional em outros territórios indígenas e áreas de proteção no Maranhão, a maioria veio para nossa região para retirar madeira. Nossa área é a única no Maranhão que possui uma área extensa de floresta. Esses órgãos do governo e funcionários da Funai fazem ações expulsando os agressores, mas não dão suporte e nem criam postos de vigilância e proteção. Com isso, ficamos mais expostos a ameaças e violência pelos agressores. Vários jovens e lideranças que fazem parte de nosso projeto que estão ajudando a proteger e vigiar nosso território estão ameaçados, perseguidos e não podem sair de suas aldeias.

Os madeireiros estão se concentrando em dois ramais chamados quadra "45" e "50", município de Centro do Guilherme. A maioria dos agressores veio dos municípios de Buriticupu, São João do Caru, Paragominas (Pará), Santa Luzia do Paruá, Zé Doca e Encruzo. Possuem fazendas e serrarias nestes municípios. Contam com apoio da prefeita do município de Centro do Guilherme que pavimenta as estradas para facilitar a retirada da madeira. Fala que "precisa ter arrecadação no município e a madeira que está ajudando o município crescer. Se as serrarias param e são fechadas pela polícia, o município pára também".

A maioria das licenças ou planos de manejo concedidos pela prefeitura aos agressores e apresentados por eles na Polícia Rodoviária e Postos de Fiscalização Estadual da região são

CONT.



falsos. Pois, nos municípios da região não existem reservas, áreas de reflorestamento e manejos florestais, somente a nossa área possui floresta e árvores nativas.

Esses municípios invadiram nosso território, mataram e expulsaram muitos parentes nossos no passado que tiveram que se esconder, misturar com os brancos para não morrer. Agora, continuam a invadir dia e noite nosso território. Estão entrando e matando nossa floresta, querendo destruir nossa casa e deixar a gente com fome como as pessoas nas cidades.

Desde Outubro do ano passado a gente vem realizando esse trabalho de fiscalização e janeiro deste ano nossos pesquisadores indígenas iniciaram o trabalho de etnomapeamento de nosso território quando foram recebidos com balas nas costas pelos madeireiros. Ninguém tomou providências e os agressores continuam soltos até hoje.

A polícia da região acaba ajudando esses agressores que trabalham fazendo a proteção de fazendas, serrarias e comércios. Nossas atividades estão paralisadas por conta da invasão de nosso território. Já comunicamos os fatos aos órgãos governamentais, ninguém responde e toma providências que possa impedir a continuidade da violência contra nosso povo.

Estamos reféns dentro de nossa própria casa. Não podemos andar nas cidades da região, não podemos usar os serviços e acessar benefícios. Não podemos realizar nossas caçadas e trabalho de roça próximo aos limites que somos ameaçados.

Não vamos mais aceitar que continuem mandando em nossa terra. Vamos continuar defendendo, protegendo, fiscalizando e realizando a gestão de nosso território. Se acontecer mais violências contra a gente vamos responsabilizar o Estado Brasileiro, a Funai, a governadora Roseana Sarney que governam para os ricos, fazendeiros, madeireiros, que roubam nossos bens, perseguem e matam nossas lideranças.

Pela saída imediata dos madeireiros de nosso território.

Povo Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiáçu, Maranhão.



Ribeirinhos sofrem com transporte escolar em Corumbá

SÍTIO CAPITAL NEWS, 30.05.2014

O transporte escolar dos jovens da comunidade Bracinho, no Pantanal de Corumbá/MS, deve ser implementado em 5 dias, sob pena de multa semanal de R\$ 5 mil. Essa é a determinação da Justiça em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) para regularizar a condução de crianças e adolescentes à escola. O Município deve responder pelo cumprimento integral da decisão, com apoio financeiro da União.

Desde o início do ano, por falta de planejamento da Prefeitura, mais de 21 estudantes têm encontrado dificuldades para frequentar as aulas. A sede da escola municipal mudou de lugar, o que obrigou os alunos a caminhar 20 quilômetros (ida e volta) todos os dias, em meio a corixos e vazantes, para chegar ao colégio. Já quase no final do primeiro semestre letivo, há crianças que ainda não assistiram aula pela falta de transporte.

No final do mês passado, em audiência de conciliação, o município de Corumbá se comprometeu a regularizar a situação até 5 de maio. Porém, sequer conseguiu cumprir o acordo por um só dia – o carro adaptado pela Prefeitura chegou a levar as crianças à escola, mas quebrou na volta.

Fonte: Taciane Peres - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Entenda a razão do impasse entre o movimento indigenista e o governo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 31.05.2014

Um grupo de índios e alguns de seus líderes estiveram em Brasília esta semana. Fizeram vários atos e manifestações. Por sugestão de um antropólogo ligado a uma ONG indigenista, os índios tentaram violar a Taça da Copa do Mundo de Futebol e foram repreendidos pela Polícia Militar do Distrito Federal. Houve confronto e um policial foi ferido na perna por uma flecha. O ponto central do movimento foi uma reunião na qual as lideranças do movimento indigenistas foram recebidas pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Os índios exigiram de Cardozo a demarcação imediata de 37 terras indígenas que, caso fossem demarcadas, ocupariam uma área maior do que o estado de Alagoas. O Ministro disse aos índios que a assinatura das portarias aumentaria o conflito e negou a exigência dos indigenistas. Eis o impasse: os indigenistas querem o conflito que incomoda o governo.

O processo demarcatório, que foi desenhado para garantir o direito legítimo dos índios, foi transformado em um ato de violência do Estado contra quem ocupa as áreas. No passado, quando o governo estava empenhado em demarcar terras indígenas na Amazônia, os ocupantes das áreas eram, presumidamente, ilegítimos. Logo, fazia todo o sentido que o Estado arremettesse contra eles com violência. Ocorre que as áreas demandadas pelos índios nos nossos dias são áreas ocupadas por agricultores que foram instados pelo Governo a ocupá-las. Muitos são pequenos, há assentamentos de reforma agrária sendo demarcados como terras indígenas pela Funai.

Os dois irmãos assassinados por índios kaingang no Rio Grande do Sul no bojo do conflito pela demarcação da Terra Indígena Votouro-Kandóia eram agricultores familiares. Juraci dos Santos Santana, que foi assassinado por lutar contra a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia, era assentado da reforma agrária.

Recentemente o Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, um indigenista inveterado, reconheceu isso publicamente. "A velha figura apenas do latifúndio contra o pequeno proprietário evoluiu para situações muito mais difíceis e complexas. No norte do Rio Grande do Sul, sul da Bahia, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, você não está lutando contra um latifundiário ou um grileiro. Você tem um conflito do indígena contra o pequeno agricultor que tem também ali seu cemitério e toda a sua afetividade presente", disse Gilberto Carvalho (Veja aqui)

O governo já entendeu que não pode continuar as demarcações aplicando a fórmula expropriatória porque isso implicar em violentar pequenos agricultores. Mas por outro lado, os indigenistas querem forçar o governo a continuar com a violência do estado contra os agricultores.

Apesar das evidências, o movimento indigenista não reconhece o envolvimento de pequenos agricultores no conflito por terras indígenas. Por meio de uma carta divulgada horas antes do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

encontro com o Ministro, os indigenistas dizem: "Sob a falsa justificativa de defender pequenos agricultores, o Ministério simplesmente se curva diante dos interesses do agronegócio e da bancada ruralista".

A razão disso está ligada ao ressentimento que a antropologia, e por osmose o movimento indigenista, tem contra o mundo não indígena. Embora a maioria deles não diga abertamente, o movimento indigenista enxerga na violência do Estado contra os agricultores uma forma de vingança intergeracional. Os brancos violentaram os índios no processo de ocupação do território brasileiro o que explica, moraliza e justifica a violência contra esses brancos em nome da proteção dos índios.

Esse tipo de raciocínio tácito funcionou até agora. Mas as palavras e atitudes dos Ministros Gilberto Carvalho e José Eduardo Cardozo mostram que a vingança dos indigenistas contra os brancos será interrompida.



Funai comemora expulsão de agricultores da região do Ajarani, em Roraima

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 31.05.2014

A presidente interina da Funai, Guta Assirati, está hoje em Roraima comemorando a expulsão dos produtores rurais do Ajarani. Os imóveis são fruto do esforço do governo para ocupar a Amazônia, mas foram incluídos pela Funai na área da Terra Indígena Yanomami. Os últimos produtores rurais foram expulsos com uma mão da frente e outra atrás na semana passada. Hoje a Funai comemora o fim do expurgo étnico da Terra Indígena Yanomami.

Haverá uma ato com a presença do Rei Davi Kopenawa, grande líder e mestre espiritual dos Yanomami politizados. O evento ocorrerá na comunidade conhecida como Serrinha, localizada na Perimetral Norte, Município de Caracaraí, logo após a Vila São José.



Indigenóide suspeito de envolvimento em assassinato de agricultor é espancado por populares na Bahia

SÍTIO BLOG QUESTAÃO INDÍGENA, 31.05.2014

Josivaldo de Jesus Souza foi espancado por populares na manhã da última sexta-feira (30), em um ponto de ônibus da cidade de Buerarema, no sul da Bahia. Pessoas acusaram Josivaldo de participação no assassinato do agricultor Juraci Santana, que lutava contra a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Segundo informações da delegacia do município, Josivaldo descia de um ônibus quando foi abordado e agredido pelas pessoas por volta de 10h30 da manhã de sexta. A polícia chegou a tempo de evitar o linchamento. Depois de receber atendimento médico, o índio foi encaminhado à Delegacia de Ilhéus e liberado após prestar depoimento.

O conflito entre agricultores e índios na região da Serra do Padeiro se intensificou depois que os índios organizaram milícias e começaram a invadir propriedades e expulsar os produtores rurais como forma de forçar o Governo a demarcar a terra. Em fevereiro agricultor Juraci Santana foi assassinado. Juraci era assentado da reforma agrária e liderava a resistência contra a demarcação uma vez que o assentamento onde morava havia sido incluído pela Funai na área demarcada.

Depois do assassinato de Juraci, moradores de Buerarema realizaram um protesto que durou cerca de 10 horas na BR-101. Os manifestantes destruíram parte da pista que corta a cidade e ameaçaram explodir uma ponte com dinamites.

A Funai e os índios exigem uma área de 47,3 mil hectares na região ocupado por centenas de agricultores. A área foi delimitada pela Funai em 2009. Desde então, os índios cobram que o Ministério da Justiça expeça a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena. Feito isso, ainda será preciso aguardar que a Presidência da República homologue a área e expulse os agricultores.

Mais de cem propriedades já foram invadidas pelos índios em Buerarema, Una, São José da Vitória, e Ilhéus. O movimento de invasão de propriedade é confirmado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Eis que a antropologia está logrando inventar uma guerra étnica no Brasil.



Governo anuncia investimento histórico nas reservas extrativistas do Acre

SÍTIO NOTÍCIAS DO ACRE, 31.05.2014

O governador Tião Viana fez uma viagem longa na manhã deste sábado, 31. Saindo de Rio Branco, a comitiva do governo do Estado se dirigiu para Xapuri e em seguida atravessou o Rio Acre em direção ao coração da Reserva Extrativista Chico Mendes para um anúncio histórico: o investimento de R\$ 28,5 milhões em todas as reservas do estado. Serão projetos de geração de renda, mantendo a floresta de pé e guiados pelo ideal do líder Chico Mendes. O ato foi celebrado na presença de mil produtores rurais.

O grande investimento é uma ação direta do governo do estado junto ao governo federal e instituições de fomento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o KfW Bankengruppe. Só para o manejo florestal dentro das reservas serão destinados R\$ 5 milhões, com o objetivo de inserir mil famílias no negócio. Mais R\$ 2 milhões serão destinados para o fortalecimento da produção local e R\$ 3 milhões entram em parceria com a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac) para pagamento adiantado dos coletores de látex para a fábrica de preservativos Natex.

O lançamento na Resex Chico Mendes foi simbólico não só por levar o nome do líder dos povos da floresta, mas pelo aniversário de 24 anos da maior reserva do estado. "Nós fomos capazes de preservar o Acre que acreditamos. É floresta em pé para gerar riqueza com o trabalho de preservação. O Chico Mendes sonhou e da cabeça dele ninguém entendia. Já hoje chamamos todos vocês para sonharem o futuro com a gente", disse Tião Viana.

Luta e superação

Para viver numa reserva extrativista é preciso ter o perfil extrativista. O morador e sua família devem preencher requisitos específicos de que não organizarão atividades predatórias e que suas vidas serão baseadas no extrativismo. Só a Resex Chico Mendes possui uma área de 970.570 hectares, abrangendo sete municípios. São 46 seringais e 76 núcleos de base, sendo a maior reserva do Estado, com mais de duas mil famílias – cerca de 10 mil pessoas.

Dentro da Resex encontramos um de seus moradores mais antigos e que representam a força dos povos da floresta. Raimundo Barros, o Raimundão, se mudou para a reserva há 37 anos. "Estou feliz por receber aqui, na minha colocação, essas pessoas tão queridas. Quando eu cheguei aqui, mais de 90% dos nossos companheiros não sabiam nem ler, nem escrever, nem tinham registro. Hoje esse número é o contrário", conta Raimundão emocionado e afirmando com orgulho que sua renda neste ano já foi de mais de R\$ 6 mil só com a venda de castanha.

A administração das reservas extrativistas do Brasil é feita diretamente pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). O presidente do Instituto, Roberto Vizentin, esteve no Acre e afirmou se orgulhar do modo como o governo do Acre cuida de suas reservas. Segundo Roberto: "Nós temos mais de 50 reservas no Brasil afora e só uma se chama Chico Mendes. E não podemos esquecer o legado deste homem. Eu não sei se temos no Brasil um governo

CONT.



estadual como o do Acre, que procura o governo federal primeiro para cuidar de suas reservas”.

A frente dos convênios para o investimento, o secretário de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos serviços Sustentáveis (Sedens), Edvaldo Magalhães, não conteve o orgulho perante a grande conquista para aqueles que tanto lutaram na época dos empates de Chico Mendes. “Nós vamos realizar o sonho desses trabalhadores de uma vida melhor dentro da floresta. O que nós estamos fazendo aqui é dando todos os instrumentos para que essa turma possa trabalhar e preservar a floresta”, disse Edvaldo.

O que disseram



“Hoje é o dia mais feliz dos extrativistas do Acre, porque terminamos de receber investimentos que trazem pra nós a garantia de que os seringueiros e extrativistas vão levar uma vida digna”

Di Araújo, presidente do Conselho Nacional de Seringueiros

“Antes, morar na floresta era sinônimo de miséria. Mas hoje, nós mudamos isso e mostramos que o homem pode tirar seu sustento da floresta”

Perpétua Almeida, deputada federal



“No passado, esses homens e mulheres apenas se reuniam para chorar pelos seus mortos. Foi preciso nascer homens de honra, como o Tião Viana para trazer esperança para os povos da floresta”

Moisés Diniz, deputado estadual

“A primeira coisa que fiz quando essa reserva foi fundada foi atravessar ela de uma ponta a outra e constatar que havia muitas dificuldades. Mas demos uma oportunidade para as pessoas e hoje o tempo aqui é outro”

Manoel Moraes, deputado estadual



“Nossas equipes da Seaprof estão preparadas para trabalhar pelos nossos valorosos extrativistas”

Mamed Dankar, secretário de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof)

Perdemos um grande guerreiro!

SÍTIO CIMI, 31.05.2014



Com pesar, informamos o falecimento do líder Kaingang, Augusto Open da Silva, 58 anos. Ele estava com câncer e em tratamento médico há mais de dois anos. Infelizmente, na tarde deste sábado, 31 de maio, acabou falecendo. Estava em sua casa, na terra indígena de Iraí, a terra pela qual lutou incansavelmente.

Augusto destacou-se como uma das mais importantes lideranças Kaingang das últimas décadas, em função de sua luta pela demarcação e garantia das terras indígenas no Rio Grande do Sul. Em audiência com representantes dos governos federal e estadual, em 04 de agosto de 2013, ele afirmou que o direito às terras tradicionais está previsto na Constituição de 1988 e as comunidades indígenas "não vão arredar pé". Referindo-se às terras tradicionais indígenas sobre as quais foram concedidas titulações indevidas pelo estado do Rio Grande do Sul a agricultores, Augusto foi categórico: "o governo deve garantir as demarcações de terras aos índios e quilombolas, como previsto em lei, e indenizar os pequenos agricultores a quem a União vendeu uma mula roubada".

Augusto se destacou pela perspicácia política diante das autoridades públicas que constantemente tentavam convencer as lideranças indígenas a negociarem seus direitos constitucionais (especialmente o direito a terra), e a aceitarem a troca de áreas tradicionais por áreas compradas pelo governo. Augusto era um líder respeitado, um "tronco velho", e sua firme posição em defesa da terra mobilizou e encorajou o povo Kaingang a continuar na luta.

A voz do líder Kaingang se calou, mas seus conselhos, reiterados tantas vezes com sutileza e serenidade, vão continuar ecoando: "São mais de 500 anos de desrespeito à cultura do nosso povo, e de discriminação e preconceito que estamos sofrendo. Nós lutamos, nós resistimos, nós estamos também fazendo história. Nós somos Kaingang, temos o nosso direito e vamos continuar lutando juntos para termos um futuro!".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

Sua vida dedicada aos direitos indígenas e às causas populares, bem como as inúmeras ações voltadas para mobilizar, organizar e encorajar seu povo, servem como exemplo a todas as pessoas que lutam por justiça, e que se empenham na construção do bem viver.



Seminário discute comércio de castanha como ferramenta de gestão ambiental
SÍTIO CORREIO POPULAR, 31.05.2014

(Da Redação/Assessoria) O manejo de produtos florestais não-madeireiros, como a castanha-do-Brasil, tem se revelado uma excelente estratégia na gestão de terras indígenas e extrativistas. Pensando em como fortalecer esse manejo entre povos da floresta, o projeto Pacto das Águas está promovendo em Ji-Paraná, desde a última quinta-feira (29), o Seminário e intercâmbio de experiências para representantes dos grupos Tupi Mondé, sobre gestão ambiental e alternativas de geração de renda em terras indígenas. Promovido pelo projeto Pacto das Águas, que é patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, o evento encerrará no sábado (31).

A meta é que através de palestras, oficinas e rodadas de discussões, seja possível desenhar um panorama sobre os caminhos para a realização de ações de gestão ambiental em terras indígenas e na única reserva extrativista de Mato Grosso, a Resex Guariba-Roosevelt. "Nosso foco, neste momento, é a consolidação das alternativas de geração de renda, mais especificamente nas ações de cooperação entre os grupos para gestão de mercados", explica Plácido Costa, coordenador do projeto.

Atualmente, estão envolvidos com o projeto os Cintas Largas das terras indígenas Serra Morena e Parque Indígena Aripuanã, os Zoró da terra indígena Zoró, os Gavião e Arara da terra indígena Igarapé Lourdes, os Rikbaktsa da Terra Indígena Japuíra e os seringueiros da RESEX Guariba Roosevelt. No evento, será discutida a possibilidade de criação de uma "agência de negócios" para os povos que integram essa iniciativa. A ideia é discutir, de forma participativa qual o melhor formato legal para dar maior agilidade na comercialização da castanha do Brasil e outros produtos não madeireiros, como o látex.

PROJETO - O Pacto das Águas, desenvolvido por uma Oscip de mesmo nome, é um projeto apoia povos indígenas e seringueiros em sua organização social, nos processos de capacitação e na estruturação do sistema de coleta, seleção, armazenamento e comercialização de castanha do Brasil. Além disso, fomenta processos de gestão territorial e geração de renda baseados no uso sustentável da floresta e no respeito às formas de organização social destes povos.

O objetivo é articular uma rede de parceiros e agências financiadoras para a constituição de um programa regional de desenvolvimento sustentável, cabendo ao Pacto das Águas o apoio à gestão social e à assistência técnica para a estruturação do sistema de comercialização de 160 a 300 toneladas anuais de castanha e 25 toneladas de borracha, envolvendo diretamente mais de 1.000 pessoas de cinco Terras Indígenas que abrangem em seu conjunto aproximadamente de 1,9 milhão de hectares nos estados de Rondônia e Mato Grosso além da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em Mato Grosso.



TPP Canadá termina com responsabilização das empresas e do Estado canadense por violações aos direitos humanos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.06.2014

Por Priscylla Joca*, para Combate Racismo Ambiental

Ao longo deste último dia, participantes e convidados discutiram as injustiças causadas pelas empresas de mineração canadenses na América Latina, enquanto os juízes se reuniam para deliberar. Um pouco antes das 17 horas, horário local, o Tribunal voltou ao auditório para anunciar sua decisão. O documento foi apresentado em francês, inglês e espanhol. Abaixo, socializamos uma primeira versão do texto lido pelos juízes. O documento na íntegra será divulgado ainda esta noite, em Montreal.

Veredicto

Estamos com certeza diante de fenômenos globais, com padrões de comportamentos similares e que comportam um maior número de empresas transacionais. No caso da indústria de mineração, eles resultam não apenas da lógica de funcionamento da indústria transacional; a essa se soma a forma bastante agressiva que caracteriza a indústria extrativista, que impacta comunidades e povos.

O TPP se constitui nessa ocasião para julgar as companhias de mineração canadenses e, ao mesmo tempo, para julgar as acusações atribuídas ao Estado do Canadá. E o TPP identifica vários níveis de responsabilidade:

As empresas falham ao violarem garantias de direitos humanos ratificadas em documentos internacionais;

Por outro lado, o Estado do Canadá falha ao não proteger os Direitos Humanos, prevenindo e responsabilizando essas violações. Há responsabilidade por ação e omissão. Quando não reprime as empresas que violam direitos; quando nega o acesso à justiça às vítimas, proporcionando recursos efetivos [para garantirem seus direitos]; quando deixa de tomar medidas adequadas ou de exigir que as empresas mineiras o façam.

Como é sabido, a indústria de mineração lida com projetos em grande escala, que se contrapõem aos direitos à autodeterminação dos povos.

A responsabilidade dos Estados de destino se configura quando concedem licenças de funcionamento para essas empresas sem atentar para os impactos de violações aos Direitos Humanos e sem garantir o direito à consulta e ao consentimento livre e informado.

Esses Estados têm responsabilidade também quando flexibilizam suas normas trabalhistas, ambientais e tributárias, e quando colaboram com as atividades das empresas. Incorrem nas

CONT.



mesmas responsabilidades quando criminalizam as atividades das pessoas que reivindicam o direito à autodeterminação e aos direitos fundamentais. E também incorrem em responsabilidade por omissão quando deixam de exigir medidas para coibir as violações por parte das empresas.

O TPP escutou testemunhos de vítimas e de especialistas.

Os casos examinados demonstram que há violações aos Direitos Humanos. Os testemunhos comprovam que as empresas que atuam no México, Honduras, Guatemala e Chile ferem os direitos à vida, à alimentação, à água, à saúde, à habitação, à segurança, ao meio ambiente, bem como violam os direitos dos povos à autodeterminação, às terras e aos recursos naturais.

Ademais, violam também o direito à participação, à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado; ao desenvolvimento, à escolha e ao exercício pleno de culturas e tradições.

A expansão da mineração na América Latina não teria sido possível sem o apoio do Estado canadense. A intervenção do Canadá tem-se dado por meio de apoio político e ingerência nos projetos legislativos nos Estado de destino; apoio econômico e financeiro através de créditos e investimentos; barreiras no acesso à justiça para pessoas afetadas pela atividade mineira canadense.

Com base nessas considerações, declara-se a responsabilidade das empresas Blackfire Exploration e demais por violações aos direitos humanos e ambientais. Outrossim, declara-se a responsabilidade do Estado do Canadá por não só não haver prevenido, como ter facilitado, tolerado e encoberto essas violações”.

—

*Priscylla Joca é Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. Colaboradora do Coletivo Flor de Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, integra também a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Ceará (RENAP-CE). Pesquisadora em Direitos Humanos ligada ao Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, mora atualmente em Montreal, Canadá. O acompanhamento do Tribunal Permanente dos Povos está sendo sua primeira colaboração para Combate Racismo Ambiental.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

História de José Porfírio e da guerrilha de Trombos e Formoso, Goiás, por Hélio Brito – completo em três partes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.06.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=3ypiKjYCmB0

Documentário sobre o conflito rural brasileiro conhecido como “guerrilha de Trombas e Formoso”, ocorrido no norte do estado de Goiás, na década de 50 do século XX. E também sobre seu principal líder, José Porfírio de Souza, o primeiro deputado camponês do Brasil, cassado pelo regime militar em 1964. “Profiro”, como era conhecido, está desaparecido desde 1973. O filme conta a trajetória de vida desse tocantinense, contada por pessoas que conviveram com ele e que também participaram da guerrilha.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=DsrCgsG-cBs

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=iAkkiNDgxaM

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por Lara Schneider]



Mais uma: "Criação de unidade de conservação expulsa moradores das próprias terras"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.06.2014

Falta de regularização fundiária compromete a subsistência de famílias que vivem em áreas que se tornaram unidades de conservação, porque lei estadual não sai do papel

Por Zulmira Furbino e Luiz Ribeiro, em EM

Deusdita Ferreira de Siqueira, de 55 anos, e o marido, Eurico Alves Guedes, de 65, são nascidos e criados numa região conhecida como Retiro, em Santana do Riacho, a 100 quilômetros de Belo Horizonte. A família deles vive ali há mais de 150 anos e é considerada parte da população tradicional do lugar, mas depois da transformação da área em unidade de conservação integral, com a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, a vida mudou para pior.

Antes disso, era possível cultivar o que quisessem e tudo o que consumiam. À exceção do sal e do macarrão, eram plantados no quintal de casa arroz, feijão, café, cana e banana. O sabão era feito com o óleo retirado do coco da macaúba e o mesmo ocorria com o óleo de cozinha. Eles ainda produziam e vendiam tijolos, vasilhas de barro e rapadura. Hoje, empurrados para longe de suas terras, sobrevivem plantando à meia e dividindo o pouco lucro fora do parque, ou fazendo serviços eventuais, mas tentam voltar ao parque, onde têm o terreno que herdaram com a morte dos pais.

Na semana passada, o casal, que gastou R\$ 3 mil na construção de um barracão para guardar as ferramentas em seu terreno, foi multado em R\$ 2 mil. Eles serão obrigados a jogar a pequena edificação no chão. A situação, que se repete em outras comunidades tradicionais e quilombolas que vivem em unidades de conservação federais e estaduais em Minas, é um dos efeitos colaterais da falta de regularização fundiária nesses territórios, considerada pelo diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Minas, Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, o maior entrave para a gestão desses territórios.

"As coisas começaram a mudar depois que veio o parque. As pessoas vieram e disseram que a partir de amanhã a gente não ia mais poder trabalhar no terreno. A gente continuou um tempo, mesmo com a ameaça deles. Depois, eles ameaçaram nos despejar e paramos com tudo", lamenta Deusdita. Na semana passada, o parque passou a exigir dos proprietários das terras que apresentem documentos e horários nos quais pretendem entrar e sair do território.

O impacto das unidades de conservação integral na vida de povos e comunidades tradicionais deveria ter sido reduzido com a aprovação da Lei Estadual 21.147, de janeiro de 2014, que institui uma política estadual para o desenvolvimento sustentável dessa população em Minas. Mas não é isso o que vem ocorrendo. "A inércia institucional leva gente que vive há gerações nos lugares transformados em áreas protegidas a ser vista como infratora. Elas são obrigadas

CONT.



a deixar o seu modo de vida. Isso leva, em muitos casos, à migração, quando não à expulsão violenta dessas pessoas”, explica Beatriz Vianna Mendes, professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade federal de Minas Gerais (UFMG).

PROBLEMAS SEM FIM

De modo mais ou menos generalizado, essa é a história que se repete no Parque Nacional da Serra do Cipó, no Parque Nacional das Sempre Vivas, na Reserva Biológica da Mata Escura (unidades de conservação federais). E também nos parques Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, no Norte de Minas, onde estão concentradas 70% das unidades de conservação integral estaduais. A reportagem do EM visitou comunidades tradicionais que estão em terrenos englobados em unidades de conservação e por isso viraram também áreas de conflito, perto do Projeto Jaíba, em Matias Cardoso, no Norte de Minas. Um dos locais é o território dos remanescentes do Quilombo da Lapinha, que totaliza 126 famílias.

Conforme narrativa do presidente da Associação Quilombola de Lapinha, José Teodorico Borges, os remanescentes de escravos sempre viveram na região, tirando o sustento da pesca, caça, do plantio das vazantes e criando gado “na solta”. Mas, em outubro de 1998, os 1.440 hectares reivindicados pelos quilombolas foram anexados ao Parque Estadual Lagoa do Cajueiro (20.500 hectares no total, transformando-se numa unidade de conservação.

“Ficamos encurralados pelo Parque Lagoa do Cajueiro. Estamos espremidos, sem poder plantar roças”, protesta o presidente da Associação Quilombola de Lapinha, José Teodorico Borges, que planta uma horta num terreno de quatro hectares, situado perto da vazante do Rio São Francisco, “dividido” entre pelo menos 15 pequenos agricultores.

Outro morador da região, Jesuíto José Gonçalves, de 63, reclama que, além de acabar com antigos costumes dos pequenos agricultores, como o de “criar gado na solta”, a criação da unidade de conservação do Parque Lagoa do Cajueiro trouxe dificuldades inclusive para cozinhar os alimentos. “Até a retirada de lenha no mato para o fogão das casas é controlada. A gente só tem direito a 14 metros de lenha por ano. É muito pouco”, lamenta.

Extratativismo e violência

No Parque Nacional das Sempre-Vivas, que abrange os municípios de Bocaiuva, Olhos d’Água, Buenópolis e Diamantina, no Vale do Jequitinhonha e na Região Central do estado, também existem conflitos envolvendo interesses das comunidades do entorno. Segundo o procurador da República em Sete Lagoas, Antônio Arthur Barros Mendes, a área, três vezes maior do que a do Parque Nacional da Serra do Cipó, “tem tensões que começaram a ocorrer em função da prática de abusos, a princípio graves, envolvendo violência emocional, uso ostensivo de armas e ameaças em geral”.

A gestão do parque é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que não respondeu às tentativas da reportagem de falar sobre as dificuldades e conflitos das unidades de proteção federais.

CONT.



“O território não tem regularização fundiária. Isso gerou tensionamento com comunidades que usavam parcelas do território para algumas atividades extrativistas”, informa o procurador. Em outubro de 2013, o Ministério Público Federal começou a investigar os fatos ocorridos e poderá entrar com uma ação de danos morais coletivos contra o parque para proteger a comunidade.

Na semana passada, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais visitou a comunidade quilombola Vargem do Inhaí, em Diamantina (Vale do Jequitinhonha) e promoveu uma audiência pública na cidade. Moradores dessa e de outras comunidades tradicionais se reuniram para cobrar o direito de continuar a exercer suas atividades em áreas de uso comum do Parque Nacional das Sempre-Vivas e relatar ameaças.

CONFUSÃO

O chefe do Parque Nacional da Serra do Cipó, Flávio Lúcio Braga Cerezo, afirma que a exigência de documentação e de informação de horários de chegada e de saída para que os proprietários entrem na reserva pode ter sido “confusão da portaria”. Segundo ele, os moradores estão proibidos pela lei de fazer novas edificações no local.

O Instituto Estadual de Florestas (IEF), responsável pela gestão das unidades de conservação criadas no estado, informou que vê com “certa preocupação” a situação dos parques estaduais no Norte de Minas, uma vez que “a principal função é a conservação da rica fauna e flora local, bem como das coleções d’água formadas por lagoas e áreas alagadas únicas do Rio São Francisco”. Mas que também busca acordo com as populações tradicionais das áreas.

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.]



Movimento indigenista se organiza para demarcações no Piauí

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 01.06.2014

Grupos indigenóides do Piauí, os índios tabajara, de Piripiri, e os Codó Cabeludo decidiram unir forças para buscar demarcação de terras no Piauí, único estado no Brasil que não tem índio. "A hora é de fortalecer o povo indígena no Piauí", afirmou Manoel, liderança Codó Cabeludo.

A Funai, por meio da Coordenação Técnica Local em Piripiri, unidade descentralizada e subordinada à Coordenação Regional Nordeste II, tem acompanhado as reivindicações e articulado com parceiros locais (prefeitura, Emater, Universidade Federal do Piauí) o atendimento a estes povos.

A proposta é de contribuir na mobilização e organização social destes grupos, contribuindo, inclusive, para ampliar a sua visibilidade na sociedade envolvente.

Com informações da Funai divulgadas na página no Portal Brasil



Funai expulsa os últimos produtores rurais do Ajarani enquanto índios yanomami esmolam em Boa Vista

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 01.06.2014

Enquanto a presidente da Funai, Guta Assirati, e o grande rei Davi Kopenawa Yanomami comemoram a expulsão dos últimos três produtores rurais da região do Ajaranai, em Roraima, quase ninguém percebe as duas senhoras e duas crianças indígenas pedindo esmolas em um cruzamento da capital do estado, Boa Vista. Os quatro são Yanomami. Oriundos da Venezuela eles não falam português. Comerciantes de uma feira próxima afirmam que os quatro yanomami passam o dia pedindo esmola.

“Não são só esses que você vê aqui no semáforo. Eles revezam. As mulheres e crianças ficam aqui no sinal pedindo esmola e os homens ficam logo ali no Terminal do Caimbé, só aguardando-as juntarem uma quantia boa. Os homens pegam o dinheiro e mandam as mulheres pedir mais”, ressaltou o comerciante Rochielio Rodrigues ao jornal Folha de Boa Vista.

Ele chamou a atenção para o tratamento dado às crianças. “O que essas mulheres fazem é desumano! Colocam essas crianças para pedir dinheiro. Muitas pessoas se comovem e acabam dando. Eles não fazem outra coisa a não ser pedir esmola. Eles deveriam estar estudando e se alimentando direito. A única coisa que eles comem é manga”, relatou o comerciante.

As crianças continuavam a pedir esmolas no local, sem nenhum problema, apesar de a poucos metros, no Terminal João Firmino Neto, mais conhecido como Terminal do Caimbé, funcionar uma unidade do Conselho Tutelar, órgão encarregado de garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O conselheiro tutelar Aldecimario de Oliveira Barros, que trabalha na unidade do terminal, informou que o Conselho já havia tomado as devidas providências. “Recebemos a informação de que crianças indígenas estavam pedindo esmola. Entramos em contato com a Funai, que nos informou que seria providenciado um micro-ônibus para encaminhar estes indígenas até Pacaraima”, disse.

Um indígena, que devido ao fraco vocabulário em português não conseguiu se identificar, afirma que está no Brasil porque não há trabalho na Venezuela. “Estamos aqui engraxando sapatos e pedindo esmolas, pois no nosso país não há emprego”, afirmou.

Sem um local para dormir, o grupo de 23 indígenas, composto por mulheres, homens e crianças, passa a noite na Feira do Passarão e nas calçadas do Terminal do Caimbé, debaixo da unidade do Conselho Tutelar.



Índios comemoram desocupação de reserva Yanomami em Caracará, RR
SÍTIO G1/RR, 01.06.2014

*Após 22 anos de homologada, área foi totalmente desocupada nesse dia 31.
Líder indígena diz que a luta agora é contra o garimpo ilegal na reserva.*

As porteiras estão abertas depois de 22 anos. A Terra Indígena Yanomami foi homologada em 1992, mas todo esse tempo fazendeiros brigaram na justiça pela permanência na região. Nesse último mês de maio, as três últimas fazendas na região do Ajarani, em Caracará, sul de Roraima, foram desocupadas e os indígenas celebraram com uma grande festa.

De acordo com o procurador da República, Gustavo Alcântara, não houve conflito para a retirada. "Houve esta retirada sem qualquer conflito. Os ocupantes assinaram Termo de Ajustamento de Conduta [TAC], com um acordo com o Ministério Público Federal", disse.

A posse definitiva da Terra não encerra os desafios para o povo Yanomami. Segundo os índios, ainda há uma antiga batalha a ser vencida: o garimpo ilegal na reserva. A Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) da Fundação Nacional do Índio (Funai), aponta a presença de quase mil garimpeiros na área.

"Nós avançamos muito. Conseguimos destruir boa parte da logística do garimpo, mas alguns pontos mais distantes, que dependem uma soma maior de recurso, de aeronave rotativa, esses pontos a gente está praticamente inacessível", informou João Catalano, coordenador da Frente.

Para o líder indígena Yanomami, Davi Kopenawa, a saída dos garimpeiros da reserva é um capítulo que os indígenas sonham que seja encerrado dentro da maior floresta do mundo. "A nossa lura é velha. E chegou a hora da saída dos garimpeiros. Nossa terra está demarcada", comentou.

A ação de retirada finalizou o cronograma de desocupação estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo MPF no fim de 2013 com proprietários de 12 fazendas situadas irregularmente dentro da reserva. De acordo com o procurador da República, ocorreram desocupações na região nos meses de dezembro do ano passado, abril e maio deste ano.

Missão Tremembé precisa de ajuda

SÍTIO O POVO, 01.06.2014

Aos 84 anos, a secretária-geral da Associação Missão Tremembé, Maria Amélia Leite, reflete sobre a luta de mais de meio século ao lado dos índios



A maior parte da vida, 57 anos, e a melhor porção da casa, o quintal, Maria Amélia Leite, 84, doou à Associação Missão Tremembé. Desde quando se entende por missionária, existência e morada se fizeram tempo e espaço de lutas pela demarcação das terras indígenas no Ceará, pelo estabelecimento de escolas para os índios e pelo reconhecimento de uma identidade expatriada. É da cadeira de balanço, com o corpo mais frágil e a memória resistindo, que Maria Amélia conta o quanto caminhou nesta tortuosa história.

“Fizemos tudo o que deveríamos ter feito”, alcança a secretária-geral da instituição. Oficialmente, a Associação Missão Tremembé foi criada em 1995. Os desafios nasceram bem antes, em meados dos anos 80, lembra-se. Na verdade, têm raízes mais profundas, nas décadas de 1960 e 70 - das Comunidades Eclesiais de Base, da Ditadura e das utopias -, quando Maria Amélia trabalhou na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e no Ministério do Trabalho. Ora, informando aos ferroviários sobre as leis trabalhistas, no trem pagador de Crato a Camocim; ora semeando sindicatos rurais pelo sertão.

Até que foi aposentada pelo governo do general Ernesto Geisel, “sem eu esperar nem pedir”, diz, e ganhou tempo para conhecer uma comunidade de índios Xocó, às margens do rio São Francisco, em Sergipe. Em oito anos de convivência com os Xocó, aprendeu a plantar, a colher

CONT.



e a compartilhar. "E a questão de se juntarem nas alegrias, nas tristezas, nas dificuldades... A razão do coletivo também passa por essa questão das memórias e da tradição", soma.

Missão e dívidas

Foi com a bagagem do outro, de muitos, que Maria Amélia voltou ao Ceará, nos anos 80. E, em um desses acasos que fundam os encontros permanentes da vida, ela conheceu a etnia Tremembé, na região de Acaraú (255 quilômetros de Fortaleza). "Foi uma viagem sem volta", sorri. Encantou-se tanto pelo ritual-dança do Torém quanto pela liderança das mulheres; aprendeu o respeito pelos ancestrais e pela natureza.

Lado a lado, a missionária e os Tremembé desbravaram ignorâncias e conquistaram direitos. "A gente não fazia nada sem combinar com os índios", traça Maria Amélia. Vencendo ameaças de todos os lados, a Missão Tremembé conseguiu, por exemplo, a demarcação de terras indígenas cobijadas por multinacionais estrangeiras e a implantação de escolas adequadas a cada uma das 14 etnias indígenas existentes no Estado. Outra conquista viva na memória de Maria Amélia é "a clareza da força da tradição e da cultura", percebida pelos brancos e compreendida pelos índios e que assina a identidade de um povo. "Os índios sabem. Eles não precisam mais de nós", conclui sobre o caminhar.

Nesse prestar contas com a vida e a Missão, uma angústia atravessa o fim do dia: a Associação acumulou dívidas com 11 bancos, ao tempo em que os apoios aos projetos foram rareando. Mediações da Defensoria Pública do Ceará e do Procon da Assembleia Legislativa garantiram a negociação do pagamento com seis credores, "mas tem dívida até 2017", preocupa-se Maria Amélia. Ela não calcula, com precisão, o valor total da dívida. "Sei que é impossível pagar", une, lembrando-se de empréstimos que ultrapassam R\$ 100 mil e R\$ 300 mil em um único banco.

O assunto tira o riso e o fôlego da conversa. O corpo pede descanso, anoitece. Amanhã, "sabe Deus! Eu sei que a gente tem uma história. E essa aprendizagem foi extraordinária", Maria Amélia pede licença para descansar.

SAIBA MAIS

Um dos projetos mantidos pela Associação Missão Tremembé é o Centro de Documentação e Pesquisa Indígena, instalado em parte do quintal da casa de Maria Amélia Leite, secretária-geral da Missão Tremembé. No espaço, livros, revistas, estudos acadêmicos e material audiovisual, reunidos desde 1986, estão à disposição do público interessado na história dos índios no Ceará.

O acervo, atenta Maria Amélia, "está paralisado desde 2009, quando não tivemos mais nenhum apoio para continuarmos realizando o seu arquivamento". O Banco do Nordeste e o Senai já contribuíram com o projeto, ela destaca. "Seria importante e, inclusive, necessário", complementa, a revitalização da biblioteca e o interesse por novas pesquisas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

Serviço

Missão Tremembé/Centro de Documentação e Pesquisa Indígena

Onde: rua José Cândido, 53, Monte Castelo.

Contatos: missaotremembe@gmail.com

Na Amazônia, ditadura matou mais índios do que guerrilheiros

SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 01.06.2014

POR JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE



Na Argentina, elas foram reprimidas por baionetas quando indagaram, em 1977, pelos filhos presos. Os generais golpistas debocharam: "son las locas de Plaza de Mayo". Obstinadas, não desistiram, continuaram ocupando a Praça de Maio, desfilando o seu protesto semanal diante da Casa Rosada e da catedral até que, finalmente, reconhecidas pela sociedade, contribuíram para o fim da ditadura e a prisão dos torturadores.

No Brasil, vários movimentos nos fizeram ouvir a voz de quem foi silenciado. No entanto, como ninguém entende línguas indígenas, nem se interessa por aprendê-las, não se escuta o clamor dos índios, seja de mães indígenas por seus filhos ou de índios por seus pais desaparecidos. Desta forma, os índios, sempre invisíveis na história do Brasil, ficaram de fora das narrativas e não figuram nas estatísticas dos desaparecidos políticos. Na floresta, não há praças de maio.

Mas agora isso começa a mudar. Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, que será em breve publicado pela Editora Curt Nimuendajú, de Campinas (SP), começou a mapear os estragos, comprovando que na Amazônia, mais do que militantes de esquerda, a ditadura eliminou índios, entre outros, Cinta-Larga e Surui (RO/MT), Krenhakarore na rodovia Cuiabá-Santarém, Kanê ou Beços-de-Pau do Rio Arinos (MT), Avá-Canoeiro (GO), Parakanã e Arara (PA), Kaxinawa e Madiha (AC), Juma, Yanomami e Waimiri-Atroari (AM/RR).

CONT.



O foco do primeiro relatório, de 92 páginas, já encaminhado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), incide sobre os Kiña, denominados também como Waimiri-Atroari, cujos desaparecidos são conhecidos hoje por seus nomes, graças a um trabalho cuidadoso que ouviu índios em suas línguas, consultou pesquisadores e indigenistas, fuçou arquivos e examinou documentos, incluindo desenhos que mostram índios metralhados por homens armados com revólver, fuzil, rifles, granadas e cartucheira, jogando bombas sobre malocas incendiadas.

Os desaparecidos

De noite, nas malocas, os sobreviventes narram a história da violência sofrida, que começou a ser escrita e ilustrada por crianças alfabetizadas na língua Kiña pelos professores Egydio e Doroti Schwade com o método Paulo Freire. O casal morou com quatro filhos pequenos na aldeia Yawará, sul de Roraima, em 1985 e 1986, antes de ser expulso pelo então presidente da Funai, Romero Jucá, lacaios subservientes das empresas mineradoras.

Durante esse período, Egydio registrou, com ajuda de Doroti, as narrativas contadas às crianças por adultos que testemunharam os fatos. Os primeiros textos escritos por recém-alfabetizados, ilustrados por desenhos, revelaram "o método e as armas usadas para dizimá-los: aviões, helicópteros, bombas, metralhadoras, fios elétricos e estranhas doenças. Comunidades inteiras desapareceram depois que helicópteros com soldados sobrevoaram ou pousaram em suas aldeias" – diz o relatório.

Com a abertura da rodovia BR-174 e a entrada das empresas mineradoras, muitas aldeias foram varridas do mapa. "Pais, mães e filhos mortos, aldeias destruídas pelo fogo e por bombas. Gente resistindo e correndo pelos varadouros à procura de refúgio em aldeia amiga. A floresta rasgada e os rios ocupados por gente agressiva e inimiga. Esta foi a geografia política e social vivenciada pelo povo Kiña desde o início da construção da BR-174, em 1967, até sua inauguração em 1977" – segundo o relatório.

Alguns sobreviventes refugiados na aldeia Yawará conviveram durante dois anos com Egydio e Doroti. Lá, todas as pessoas acima de dez anos eram órfãs, exceto duas irmãs, cuja mãe ainda vivia. O relatório transcreve a descrição feita pelo índio Panaxi:

"Civilizado matou com bomba" – escreve Panaxi ao lado do desenho, identificando os mortos com seus nomes: Sere, Podanî, Mani, Priwixi, Akamamî, Txire, Tarpiya. A eles se somaram outros de uma lista feita por Yaba: Mawé, Xiwyá, Mayede – marido de Wada, Eriwixi, Waiba, Samyamî – mãe de Xeree, Pikibda, a pequena Pitxenme, Maderê, Wairá – mulher de Amiko, Pautxi – marido de Woxkî, Arpaxi – marido de Sidé, Wepîni – filho de Elsa, Kixii e seu marido Maiká, Paruwá e sua filha Ida, Waheri, Suá – pai de Warkaxi, sua esposa e um filho, Kwida – pai de Comprido, Tarakña e tantos outros.

Quem matou

A lista é longa, os mortos têm nomes, mas às vezes são identificados pelo laço de parentesco: "a filha de Sabe que mora no Mrebsna Mudî, dois tios de Mário Paruwé, o pai de Wome, uma filha de Antônio", etc. O relatório se refere ao "desaparecimento de mais de 2.000 Waimiri-

CONT.



Atroari em apenas dez anos". Na área onde se localiza hoje a Mineradora Taboca (Paranapanema) desapareceram pelo menos nove aldeias aerofotografadas pelo padre Calleri, em 1968, em sobrevoos a serviço da FUNAI. Os alunos da aldeia Yawará desenharam casas e escreveram ao lado frases como:

- Apapa takweme apapeme batkwapa kamña nohmepa [o meu pai foi atirado com espingarda por civilizado e morreu] – escreveu Pikida, ao lado do desenho que ilustra o fato.

- Taboka ikame Tikiriya yitohpa. Apiyamyake, apiyemiyekî? [Taboca chegou, Tikiria sumiu, por que? Por que?]

A resposta pode ser encontrada no ofício 042-E2-CONF. do Comando Militar da Amazônia, de 21/11/1974, assinado pelo General Gentil Nogueira, que recomendava o uso da violência armada contra os índios, segundo o relatório encaminhado à Comissão Nacional da Verdade.

Um mês e meio depois, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa, nomeado chefe de Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA), em entrevista ao jornal O Globo (06/01/1975), assumiu de público as determinações do general Gentil, declarando que faria "uma demonstração de força dos civilizados que incluiria a utilização de dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras e o confinamento dos chefes índios em outras regiões do País".

O resultado de toda essa lambança é descrito por Womé Atroari, em entrevista à TV Brasil, relatando um ataque aéreo a uma aldeia e outros fatos que presenciou:

- Foi assim tipo bomba, lá na aldeia. O índio que estava na aldeia não escapou ninguém. Ele veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Foi muita maldade na construção da BR-174. Aí veio muita gente e pessoal armado, assim, pessoal do Exército, isso eu vi. Eu sei que me lembro bem assim, tinha um avião assim um pouco de folha, assim, desenho de folha, assim, um pouco vermelho por baixo, só isso. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa. Desse aí que nós via.

Os tratores que abriam a estrada eram vistos pelos índios como tanques de guerra. "Muitas vezes os tratores amanheciam amarrados com cipós. Essa era uma maneira clara de dizer que não queriam que as obras continuassem. Como essa resistência ficou muito forte, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Amazonas-DER-AM, inicialmente responsável pela construção, começou a usar armas de fogo contra os indígenas".

Sacopã e Parasar

O relatório informa que "as festas que reuniam periodicamente os Waimiri-Atroari foram aproveitadas pelo Parasar para o aniquilamento dos índios". Conta detalhes. Registra ainda o desaparecimento de índios que se aproximaram, em agosto de 1985, do canteiro de obras da hidrelétrica do Pitinga, então em construção:

"É muito provável que tenham sido mortos pela Sacopã, uma empresa de jagunços, comandada por dois ex-oficiais do Exército e um da ativa, subordinado ao Comando Militar da

CONT.



Amazônia, empresa muito bem equipada, que oferecia na época serviços de “limpeza” na floresta à Paranapanema no entorno de seus projetos minerais. Os responsáveis pela empresa foram autorizados pelo Comando Militar da Amazônia a manter ao seu serviço 400 homens equipados com cartucheiras 20 milímetros, rifle 38, revólveres de variado calibre e cães amestrados”.

Os autores do relatório dão nomes aos bois, esclarecendo que quem comandava a Sacopã no trabalho de segurança da Mineração Taboca/Paranapanema e no controle de todo acesso à terra indígena eram dois militares da reserva: o tenente Tadeu Abraão Fernandes e o coronel reformado Antônio Fernandes, além de um coronel da ativa, João Batista de Toledo Camargo, então chefe de polícia do Comando Militar da Amazônia.

É Rondon de cabeça pra baixo: "Matar ainda que não seja preciso; morrer nunca", num processo iniciado com o colonizador e ainda não concluído. Na Amazônia, o cônego Manoel Teixeira, irmão do governador Pedro Teixeira, em carta ao rei de Portugal, em 5 de janeiro de 1654, escrita no leito da morte, declara que “no espaço de trinta e dois anos, são extintos a trabalho e a ferro, segundo a conta dos que ouviram, mais de dois milhões de índios de mais de quatrocentas aldeias”.

O relatório é um bom começo, porque evidencia que os índios precisam de uma Comissão da Verdade não apenas para os 21 anos de ditadura militar, mas para os 514 anos de História em que crimes foram e continuam sendo cometidos contra eles. Assim, podem surgir praças de maio dentro das malocas, cobrando mudanças radicais na política indigenista do país.



Formação amplia direitos indígenas

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 02.06.2014

Na Amazônia, a diversidade biológica e cultural atrai os olhares de todo o mundo. Uma das formas de observar essa diversidade é olhar para as etnias indígenas que vivem na região, sobrevivendo em suas condições territoriais e sociais e que, hoje, compreendidas como povos e comunidades tradicionais, estabelecem relações com um passado histórico atualizadas no tempo presente.

Em 2012, o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará (Uepa) foi criado para atender às especificidades das comunidades indígenas do Pará, a partir da demanda e dos critérios das próprias comunidades, obedecendo a normas nacionais, como a Constituição Federal de 1988, e internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os textos legais, que fazem parte da ordem jurídica do Brasil, estabelecem, entre outros pontos, que povos indígenas e tribais devam ser prioridades na elaboração de políticas públicas e que devem ser consultados sobre projetos ou programas que os impactarão de alguma forma. No artigo sétimo da Convenção 169, ratificada pelo Brasil em 2004, fica claro que “a melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram”.

A preocupação com direitos, como a educação, está presente na fala e na vida da indígena Rarakre Tembê Jathiati Parakatêjê, da aldeia Gavião Parakaêjê, localizada no município de Marabá, na região Sudeste Paraense. Desde criança, Rarakre manifestava interesse nos traços culturais de seu povo. Olhava detida ao processo de pintura dos corpos, na interpretação de cada traço, figuras e símbolos.

Enxergar na pintura corporal as condições de reprodução social de sua etnia levou Rarakre a aprender a pintar e a ensinar a pintura aos mais jovens, lecionando na escola da aldeia, repassando conteúdos da disciplina “Cultura e Identidade”. Hoje, ela é aluna do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Uepa. “A licenciatura fez enriquecer mais o meu pensamento. Eu não sabia como começar, como fazer os nossos jovens passarem a gostar da nossa cultura. Aí foi quando a licenciatura veio. Ela me deu esperança, parece que ela me incentivou, ela me fez olhar lá na frente ela me fez criar coragem de lutar por aquilo que eu queria, mas que eu não sabia como”, ressalta Rarakre.

Também aluno do curso, Piná Tembê, de São Miguel do Guamá, região Nordeste do Pará, considera fundamental a contribuição da Licenciatura para a luta pelos direitos indígenas. “Esse é um curso que foi discutido e criado com a gente e que responde às nossas demandas. Temos a expectativa que esse curso vai mudar as nossas vidas, nos ajudar a trocar as nossas armas de luta. Temos um curso que não se impõe na comunidade e nós estamos muito satisfeitos”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

Para a coordenadora do curso, professora Joelma Alencar, a formação específica contribui para a supressão de dificuldades em torno da educação indígena de base e para a produção de conhecimento. “Essa é uma necessidade de vários povos aqui do Pará, porque nas suas aldeias ainda existem muitos professores não-indígenas atuando. E, devido às características da educação escolar indígena, que deve ser específica, diferenciada, bilíngue, multilíngue, intercultural, a formação dos professores deve atender a essas necessidades”, afirma.

No mês de maio, o curso de Licenciatura Intercultural Indígena recebeu o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE). O curso iniciou com três turmas em 2012, e, em 2013, mais duas turmas ingressaram. A previsão é que, em 2015, 3 turmas sejam abertas.

(Diário do Pará)



Relatório questiona Lei das Cotas e sugere mensalidade em faculdade pública

SÍTIO O GLOBO, 02.06.2014

Documento da OCDE, organismo mundial responsável pelo Pisa, critica ação afirmativa para reduzir desigualdade. Ministro da Educação defende "inclusão de pobres indígenas e negros" no ensino superior

RIO - Não é possível dizer que as cotas são o melhor caminho para se reduzir disparidades sociais na educação superior do Brasil, nem está claro que a medida acabe com a raiz do problema. A afirmação consta no relatório "Investing in Youth: Brazil" (Investir na Juventude: Brasil), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a entidade, no lugar de políticas afirmativas, o governo deveria considerar a cobrança de mensalidades, em universidades federais, daqueles que puderem pagar, mantendo a gratuidade para estudantes menos abastados.

Esta é a declaração mais contundente sobre cotas já feita pela organização, reconhecida mundialmente por gerar indicadores e pesquisas de mercado e educacionais de excelência, como o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês).

A princípio, o estudo teve o objetivo de abordar o caminho trilhado pelo jovem para ingressar no mercado de trabalho. Em um capítulo reservado inteiramente a mostrar o panorama da educação no Brasil, a OCDE afirma que o acesso ao ensino superior de qualidade por aqui é "extremamente desigual". A organização não diferencia cotas sociais de cotas por critérios raciais. Para a organização, nenhuma das duas resolve o problema.

— Se por um lado as cotas podem ajudar a elevar a participação das minorias raciais no ensino superior, por outro elas tratam apenas de um sintoma e não do problema como um todo. Na realidade, o problema surge muito antes: nos baixíssimos níveis educacionais das minorias raciais que só têm acesso aos piores serviços de educação que a rede pública oferece — critica o economista Stijn Broecke, um dos pesquisadores da OCDE que participaram do relatório.

A lei 12.711, conhecida como Lei das Cotas, é a principal medida do governo federal para democratizar o acesso ao ensino superior no país. Segundo ela, universidades e institutos federais deverão reservar, até 2016, 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas. Dentro deste universo, metade será dedicada às minorias étnicas. Na primeira edição deste ano do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), programa que seleciona estudantes para ingressar em instituições de ensino superior federais, 43% das mais de 171 mil vagas foram destinadas a cotistas.

O Ministério da Educação (MEC), obviamente, não concorda com a crítica. O ministro José Henrique Paim defendeu a política, afirmando que as cotas asseguram vagas aos mais pobres e

CONT.



a minorias étnicas. Paim lembrou ainda que a gratuidade do ensino superior é uma garantia prevista na Constituição:

— A Lei das Cotas assegura a mudança no perfil dos estudantes brasileiros, com a inclusão dos mais pobres, indígenas e negros. Parece contraditória a afirmação do estudo da OCDE de que a lei de cotas continuaria a beneficiar pessoas mais abastadas que poderiam pagar pelos seus estudos. A política de cotas está revertendo essa lógica.

‘Muito a fazer’

A OCDE foi fundada em 1961 por 34 países, para estimular o progresso econômico. Apesar de não ser um membro titular, o Brasil participa de diversos programas da organização, como o Pisa, que avalia o desempenho de estudantes de 15 anos de 65 países em matemática, leitura e ciência. No Pisa 2012, o Brasil ficou na 58ª colocação de uma lista de 65 economias mundiais.

“Não está claro, porém, que a Lei das Cotas é a maneira certa de enfrentar disparidades sociais no ensino superior no Brasil, nem está claro que ela incide sobre o problema certo (...) Universidades públicas gratuitas e extremamente disputadas são ocupadas principalmente por estudantes mais ricos, enquanto os mais pobres são obrigados a pagar altas taxas de matrícula em instituições privadas. Mesmo sob a Lei das Cotas, 50% das vagas gratuitas em instituições públicas serão tomadas por estudantes de alto poder aquisitivo, muitos dos quais poderiam ter recursos para pagar por sua educação universitária”, diz o relatório.

O relatório da OCDE reconhece as políticas de expansão do ensino superior implementadas pelo Brasil na última década, mas frisa que ainda “há muito o que fazer”, e bate na tecla da desigualdade.

A solução de começar a cobrar taxas de matrículas em universidades federais para classes mais abastadas, segundo Broecke, seria justificada pela forte desigualdade social no acesso ao ensino superior, onde alunos de famílias mais ricas ficam com as melhores vagas em instituições que, em tese, são públicas. Para ele, o sistema deixa injustamente os estudantes de menor poder aquisitivo com o fardo de pagar pelos estudos em faculdades privadas.

— O sistema de ensino superior no Brasil é muito pequeno e extremamente desigual. A expansão das universidades será necessária para aumentar a participação das famílias mais pobres, e isso vai exigir uma mudança no modelo atual público-privado e na forma como ele é financiado — diz.

Para Marcelo Paixão, professor de Economia da UFRJ e coordenador Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), o estudo confunde o uso dos recursos públicos na educação superior e ações afirmativas:

— As assimetrias no acesso ao sistema universitário não decorrem apenas das diferenças nas capacidades de pagamentos dos estudantes de brancos e negros, mas também a partir de instrumentos de seleção que acabam prorrogando indefinidamente as desigualdades em

CONT.



termos de acesso às instituições de maior prestígio.

Uerj

Mesmo sem ser citada nominalmente, a Universidade do Estado do Rio (Uerj) aparece no relatório da OCDE como uma das primeiras a adotar cotas em seu processo seletivo. Desde 2004, quando começou a reserva das vagas, a universidade já recebeu 18.270 cotistas, sendo 8.021 deles apenas por cotas raciais.

O calouro de História Bruno Alves é um deles. Mesmo tendo estudado em escola pública, Bruno optou por concorrer pelo critério de cor por uma questão íntima. Ele concorda com partes do relatório da OCDE, mas defende as políticas afirmativas. Com uma bolsa mensal de R\$ 400 para os estudos, dada pela Uerj aos cotistas, Bruno argumenta que o desempenho dos alunos favorecidos por ações afirmativas não deixa a desejar em relação aos demais estudantes:

— Se a educação básica fosse de qualidade, realmente não haveria a necessidade de cotas. Mas como o Estado sofre com o sucateamento e é um instrumento da classe dominante, pelo menos a política afirmativa garante o acesso aos menos favorecidos. Existe sim uma defasagem muito grande de estudos, mas os cotistas demonstram uma capacidade muito grande de superar as dificuldades.

Já a aluna do 1º período de Nutrição Sarah de França Barradas expressa algumas reservas às políticas afirmativas. Aluna de escola pública, Sarah foi aprovada por cotas sociais, onde só a renda é levada em conta. Segundo ela, critérios baseados em etnia ou cor apenas exarcebam a desigualdade:

— Eu poderia muito bem concorrer por cotas raciais, mas não quis por questão de princípios. Não é porque a pessoa é negra que ela é menos inteligente do que as outras. Isso não é justo.



Kátia garante atender às reivindicações da comunidade Apinajé e recebe cocar em respeito

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 02.06.2014

Senadora acompanhava o programa Útero é Vida em Tocantinópolis

A senadora Kátia Abreu (PMDB), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), recebeu do líder indígena da comunidade Apinajé, cacique Emílio Dias Apinajé, um cocar em respeito ao trabalho realizado no Senado Federal, no sábado, 31. O ato foi realizado durante ações do programa Útero é Vida, do Senar, na aldeia Mariazinha, em Tocantinópolis. Na ocasião, os indígenas fizeram reivindicações à senadora, que garantiu agir em conjunto com o governo federal.

Foto: Pedro Barbosa/ 31.05.2014

Kátia: "A Funai esquece que todo cidadão precisa de educação, saúde e possibilidade de trabalho e renda"

Ao entregar o cocar à senadora Kátia Abreu como forma de respeito e consideração pelo trabalho realizado no Senado, o cacique Emílio Dias, reivindicou melhorias para a comunidade indígena. O líder cobrou a reforma da escola estadual, construção de uma quadra de esportes, ações básicas de saúde, transporte e recuperação das estradas vicinais. "Estamos todos revoltados, senadora, porque simplesmente querem isolar nosso povo do resto do Tocantins e nos tratam com indiferença e desprezo. Nossas crianças morrem por falta de remédios. Nossos filhos não têm direito à educação de qualidade. Nós não podemos mais permitir sermos tratados dessa forma", desabafou o líder indígena.

A senadora Kátia Abreu garantiu que vai atuar junto ao governo federal para sanar as necessidades da comunidade indígena. "É desumano ver o que estão fazendo com nossos índios. A Funai esquece que todo cidadão precisa de educação, saúde e possibilidade de trabalho e renda, mas enquanto isso tenta isolar o índio e cercear seus direitos básicos. Vamos acabar com descaso", afirmou a parlamentar, lembrando que esteve em Tocantínia com os índios Xerentes, e destacou que as reclamações são as mesmas.

Programa

O programa Útero é Vida trabalha com ações de conscientização, atendimentos, prevenção e diagnóstico do câncer do colo do útero e de próstata em comunidades carentes e rurais. Os resultados dos exames são divulgados à comunidade atendida em aproximadamente 15 dias. As pessoas atendidas e que tenham apresentado suspeita da doença são encaminhadas aos órgãos de assistência para tratamento.

Presenças

O evento contou com a presença do deputado federal Irajá Abreu (PSD), do deputado estadual José Bonifácio (PR), do presidente do Sindicato Rural de Tocantinópolis, Gilmar Gonçalves, além de produtores rurais das aldeias: Brejão, Macaúba, Riachinho, Olho D'água, Botica e Mata Grande.



CNJ discutirá proposta para incluir raça e etnia em sistema de acompanhamento de execução de penas

SÍTIO OAB/LONDRINA, 02.06.2014

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) discutirá com movimentos indígenas, de quilombolas e negros e órgãos do governo federal uma proposta de alteração da Lei n. 12.714, de 2012, para incluir a raça e etnia do preso no rol de informações que devem constar no Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (SisDepen), do Ministério da Justiça.

Com os dados será possível garantir, por exemplo, o direito dos indígenas a cumprir penas alternativas ao encarceramento, afirmam os juízes auxiliares da Presidência do CNJ Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), e Rodrigo Rigamonte, coordenador do Fórum de Assuntos Fundiários.

Em paralelo, o DMF solicitou aos grupos de monitoramento do sistema carcerário dos tribunais de Justiça o levantamento de indígenas presos atualmente.

A proposta de alteração da lei foi levantada durante reunião realizada, nesta quarta-feira (28/5), com a advogada indigenista Michael Nolan.

Preocupada com a ausência de dados sobre raça e etnia nos processos criminais – que impede a fiscalização sobre o direito dos índios –, a advogada sugeriu encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei para modificar dois artigos do Código de Processo Penal. Dessa forma, policiais e juízes passariam a ter de averiguar e perguntar ao réu se é indígena, qual a etnia e língua materna.

Os juízes do CNJ, porém, opinaram que a saída não seria a mais adequada, inclusive porque extrapolaria a competência do Conselho.

“O melhor caminho é alterar a lei para determinar o registro da raça e etnia do SisDepen”, afirmou o juiz Douglas de Melo Martins. Como os dados serão colhidos no ato da prisão, “será mais eficaz o cumprimento e fiscalização quanto aos direitos dos indígenas”, completou o juiz Rodrigo Rigamonte.

Direitos – No Brasil, a população indígena tem garantido pelo Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 1973) que, em caso de condenação por infração penal, a pena seja atenuada e o índio a cumpra em regime de semiliberdade.

Já o parágrafo 2º, artigo 9º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), recepcionada pelo Brasil em 2004, determina que “as autoridades e os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes dos povos mencionados a respeito do assunto”.

Esporte apoia a Ação Karajá; Objetivo é diminuir suicídios de jovens indígenas
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 02.06.2014



Começou no dia 30 de maio e vai até 7 de junho, a Ação Karajá, nas quatro aldeias da etnia, localizadas na Ilha do Bananal. A Secretaria do Esporte do Tocantins, como participante do projeto, doou equipamentos e materiais para recreação e futebol.

As atividades interinstitucionais, coordenadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), contam também com a participação do Distrito Sanitário Indígena Tocantins e Araguaia (DSEI), Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seduc) e União dos Estudantes Indígenas do Tocantins (Uneit), além das prefeituras de Lagoa da Confusão e de São Félix do Araguaia.

Estão previstas palestras, oficinas, rodas de conversa e ações culturais e esportivas. O principal objetivo da Ação Karajá é diminuir o número de suicídios de jovens indígenas, bem como o consumo de álcool e drogas. (Ascom Secretaria de Esporte)



Novo Gavião? Time indígena chega a Santarém e sonha com Parazão SÍTIO TAPAJÓS AGORA, 02.06.2014

Waiwai Esporte Clube enfrenta Corinthians do Tabocal em amistoso no próximo sábado. Clube usa uniforme com cores azul e amarelo e representa Aldeia Mapuera

Por Weldon Luciano/ Santarém, PA

A delegação do Waiwai Esporte Clube chegou à cidade de Santarém, oeste do Pará, na manhã desta sexta-feira (30). O time indígena foi convidado para jogar um amistoso contra o Corinthians do Tabocal, atual campeão da Copa dos Campeões de futebol amador. O clube é da Aldeia Mapuera, localizada no município de Oriximiná, próximo à fronteira do Brasil com a Guiana. Para realizar a partida, o grupo fez uma longa viagem de barco, que durou 16 horas.

A etnia dos Waiwai identifica povos que vivem espalhados pela região próxima às Guianas. São 18 aldeias espalhadas pelo estado do Pará que falam o idioma com o mesmo nome.

O Waiwai Esporte Clube inicia uma jornada ousada rumo à profissionalização. O time, que usa um uniforme com as cores azul e amarelo, sempre disputa competições entre as comunidades indígenas. Em um desses eventos, os professores do núcleo de educação da aldeia observaram a capacidade de ir mais longe. Pedro Waiwai, um dos diretores da equipe, ressalta que este será um fato importante na história deles.

- Sempre temos jogos entre as comunidades indígenas e decidimos que a seleção da nossa Aldeia tinha condições de ir adiante, jogar em Santarém e nas competições estaduais. Estamos criando o clube e se tudo estiver pronto a tempo, vamos mirar o campeonato profissional.

Juntamente com as lideranças locais, os professores fundaram o clube, que já tem estatuto aprovado. Coube a Edilberto Paumgartten ser presidente e treinador nesta primeira etapa. Seguindo o exemplo dos Kyikatejês - que jogaram a primeira divisão do estadual em 2014 - o Waiwai quer representar a região oeste do Pará na competição e pretende conquistar uma vaga na segunda divisão do Parazão em 2015. Além do surgimento de novos talentos para o esporte, a ideia é utilizar o futebol como instrumento de valorização cultural da etnia.

Jogadores fazem reconhecimento do estádio Colosso do Tapajós na tarde desta sexta (Foto: Weldon Luciano - GloboEsporte.com)

- O objetivo é seguir o exemplo do Gavião. Temos muitos jogadores com qualidade que merecem uma oportunidade de lutar por uma vaga no Campeonato Paraense. Nesta busca, acreditamos ter dado o primeiro passo, conseguindo jogos em Santarém e Mojuí dos Campos. Vamos mostrar como o futebol tem profunda ligação com os povos indígenas, além de chamar a atenção de todos para etnia Waiwai- afirma Edilberto Paumgartten, presidente do clube.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

Para muitos, a viagem a Santarém é uma experiência única. É o caso de Wilson Waiwai. Ele é atacante da equipe e sonha em ser jogador de futebol. O jogador ainda não fala bem o português, mas afirmou em entrevista ao GloboEsporte.com que é possível vencer, não só o amistoso, mas os preconceitos ainda tidos com o povo indígena no Brasil.

- Estamos muito felizes em jogar em Santarém e poder mostrar o esporte e a cultura Waiwai para outras cidades. Queremos realizar também nosso sonho, assim como muitos brasileiros, de sermos jogadores de futebol.

A partida entre Corinthians do Tabocal e o Waiwai Esporte Clube está marcada para o sábado (31), às 16h, no estádio Colosso do Tapajós. A entrada para o amistoso será um quilo de alimento não perecível.



Brasil avança em políticas de inclusão para minorias

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.06.2014

Mulheres indígenas, negras, com deficiência e trabalhadoras rurais lutam para serem inseridas na sociedade e esperam melhorias

Políticas públicas contribuem para a inclusão de grupos que historicamente não tiveram seus interesses representados no processo político brasileiro. A inclusão dessas minorias sempre fora debatida, mas raramente posta em exercício. O cenário mudou, e diversas medidas foram tomadas para que práticas democráticas de empoderamento da cidadania e de gestão pública inclusiva fossem realizadas.

Até 2011, o Brasil contabilizou 127 conferências nacionais, com mais de 20 tratando de políticas públicas para minorias. Nove desses temas abordavam "direitos da pessoa idosa", "direitos da pessoa com deficiência", "gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais", "povos indígenas", "políticas públicas para as mulheres", "direitos da criança e do adolescente", "juventude", "promoção da igualdade racial" e "comunidades brasileiras no exterior". Dessas nove áreas de políticas para minorias sociais e culturais, oito passaram a ser objeto de conferência nacional a partir de 2003.

Desde o tempo em que as mulheres passaram a adquirir direitos batalhados durante décadas, a questão de gênero não teve tamanha evidência quanto atualmente. Mulheres indígenas, negras, com deficiência e trabalhadoras rurais lutam para serem inseridas na sociedade e esperam melhorias em suas vidas.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=WzliHPmYtNo

Propostas em harmonia com as necessidades de diversas etnias eram objetivos da 5ª Conferência Indígena, que aconteceu em outubro de 2013, em Salvador (BA). O evento reuniu indígenas, gestoras e gestores municipais, trabalhadoras, trabalhadores, além de convidadas e convidados.

Mulheres indígenas foram destaque também em abril deste ano na Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas - Espaço Nacional de Diálogo, em Brasília (DF), promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

Trabalhadoras rurais também passaram a ser beneficiadas com ações. As políticas de apoio à produção dirigidas às mulheres do campo promoveram o seu reconhecimento como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram seu acesso a serviços. Por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres foram beneficiadas e 16 milhões de reais foram investidos. Para qualificar as demandas das mulheres, foi criada ainda Rede Ater para Mulheres.

CONT.



Criado em 2004, o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) é uma ação fundamental para promover a inclusão social dessas mulheres. Isso porque o acesso a documentos civis, trabalhistas e a direitos previdenciários, por meio de mutirões itinerantes para emissão gratuita de documentação, permite que exerçam sua cidadania e usufruam de benefícios de ações de reforma agrária ou da agricultura familiar.

As pessoas que nascem com deficiências, ou as adquirem ao longo da vida, são continuamente privadas de oportunidades de convivência com a família e seus pares (colegas, vizinhos, parentes), da vida escolar, do acesso ao trabalho, a atividades de lazer e cultura, entre outros. Em dezembro de 2012, Brasília (DF) foi sede da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) aborda as especificidades das mulheres com deficiência e, desde a criação da Coordenação da Diversidade, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, os direitos dessas mulheres foram garantidos e elas puderam exercer sua cidadania.

A sexualidade das pessoas com deficiência também foi debatida. Ao redor do Brasil, as mulheres com deficiência têm se reunido em grupos virtuais de discussão para trocar experiências e compartilhar conhecimento e, tais organizações da sociedade civil, auxiliam o governo na construção de políticas públicas para o grupo. Em novembro de 2013, a capital federal também recebeu o Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência, que defendeu a construção de políticas públicas capazes de assegurar inclusão e visibilidade para as mulheres com deficiência.

Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas

Contribuir na articulação e qualificação da participação de mulheres indígenas e suas organizações em espaços de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas é objetivos da I Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas - Espaço Nacional de Diálogo, que contou com 250 participantes.

A oficina discutiu questões como o papel das mulheres indígenas em relação à regularização fundiária, gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

Segundo a coordenadora-geral da Diversidade da SPM, Maria de Lourdes Rodrigues, é fundamental que as mulheres indígenas tenham espaço nas instâncias de participação e controle social das políticas. "Desta forma elas estarão melhor representadas e poderão reivindicar ações que visem a melhoria das condições de vida dessa população", afirmou a coordenadora.

"Queremos uma saúde diferenciada, que atenda às necessidades dos povos indígenas, com assistência pré-natal e redução da mortalidade materna das mulheres indígenas. Esta conferência está sendo um sucesso pelo aumento da participação das mulheres". A afirmação da cacica Maria das Dores mostra o nível de debates e os avanços nas propostas para saúde da população indígena, ressaltando o avanço da participação feminina no processo, que ainda incluiu um grupo significativo de mulheres cacicas.

CONT.



Programas beneficiam trabalhadores rurais

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ampliou os direitos das mulheres à terra. As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra. Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária aumentou de 24,1% em 2003 para 55,8% em 2007, e o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiárias passou de 13,6% para 23% no mesmo período. O principal objetivo é fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização.

Outro programa, o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) realiza ações educativas para esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, apresentar políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso. O objetivo principal é assegurar acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, para efetivar a condição cidadã dessas mulheres, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para igualdade entre homens e mulheres.

Em abril deste ano, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA) desenvolveu uma atividade visando capacitar profissionais das instituições selecionadas na Chamada Pública 010/2013/MDA, que irá apoiar a produção agroecológica de mulheres rurais em regiões do Nordeste, beneficiando cerca de 960 trabalhadoras.

A técnica extensionista social da Emater/PI, Francisca Lisboa, também aprovou a programação voltada a temas ligados às mulheres rurais. "Foi muito importante refletirmos sobre as desigualdades enfrentadas pelas trabalhadoras rurais e nos prepararmos para atuar, tendo como base a economia feminista. Essa capacitação também vai nos ajudar a contribuir para dar maior visibilidade ao trabalho da mulher na produção agroecológica de alimentos. As mulheres rurais são as que mais preservam a natureza e têm muita criatividade na hora de aproveitar de forma correta o máximo dos recursos oferecidos pela natureza", observou Francisca Lisboa.

Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) promove o evento visando "dar visibilidade, empoderamento e construir políticas públicas de inclusão para as mulheres com deficiência. Não estamos falando em assistencialismo, mas sim em reconhecer a capacidade é o direito dessas mulheres guerreiras de se apoderarem cada vez mais dos espaços de poder e do mercado de trabalho", afirmou a ministra Maria do Rosário.

Outra preocupação levantada pela ministra diz respeito à violência doméstica e sexual sofrida pelas mulheres e meninas com deficiência. Rosário lembrou que em muitos casos elas sofrem violência e não conseguem denunciar em função das suas limitações. A ministra citou o exemplo de uma adolescente com deficiência auditiva que foi abusada sexualmente por cerca de dois anos, após ser sequestrada por um caminhoneiro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

“Muitas vezes uma pessoa com deficiência chega a uma delegacia ou qualquer outro órgão público e não conseguem ser atendidas, por ausência de profissionais qualificados para esse atendimento”, lembrou Rosário, reforçando a importância das políticas do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em curso no País.

Mulheres que exerçam os direitos do gênero, índias que deliberem sobre políticas de saúde de seu grupo, negras que defendam os interesses da raça e afirmem a sua identidade, por meio do compartilhamento de experiências, perspectivas e valores. Com todas essas minorias colocando em prática seus direitos, as políticas públicas propiciam uma representação mais justa da sociedade.



Livro resgata arte indígena

SÍTIO O LIBERAL, 02.06.2014

Pesquisadores participam de sessão de autógrafos hoje, na Feira do Livro

O livro "Instrumentos Musicais Indígenas: a arte e a Coleção Etnográfica Curt Nimuendaju do Museu Paraense Emílio Goeldi", realizado em parceria entre a Fundação Carlos Gomes, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Imprensa Oficial do Estado será lançado durante a XVIII Feira Pan-Amazônica do Livro. A obra faz um resgate dos instrumentos musicais produzidos pelos indígenas da Amazônia brasileira. De autoria dos pesquisadores Edir Lobato Duarte e Maria das Graças Santana da Silva, a sessão de autógrafos será hoje, às 19 horas, no estande da Imprensa Oficial.

O livro apresenta uma seleção de 36 instrumentos musicais de diversos povos indígenas da região citada, e conta que os primeiros estudos sobre música brasileira remontam a relatos de viajantes naturalistas e etnógrafos como Spix e Martius, Alfred Russel Wallace, Theodor Koch-Grünberg, Curt Nimuendaju durante os séculos XIX e XX. Nessa época, segundo os pesquisadores, foram constituídos os primeiros arquivos fonográficos, como os de Berlim, por exemplo. No Brasil, instituições dessa natureza também se formaram, a exemplo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O livro descreve instrumentos como os maracás das etnias Tukano e Tiriýó, a buzina de taboca das etnias Urubu Kator e Munduruku, o Chocalho de casco da etnia Machacai, a Flauta de Taboca da etnia Aruá, a flauta de osso, de etnia não identificada, entre outros. Segundo os pesquisadores, Curt Nimuendaju foi o primeiro a organizar a coleção etnográfica do Museu Goeldi em um catálogo, em 1921.



Crea-BA assume vaga no Conselho de Meio Ambiente

SÍTIO MÍDIA RECONCAVO, 02.06.2014

O Crea-BA foi eleito para ocupar vaga no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam), para o biênio 2014/2016. Ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), o Conselho é responsável por deliberar sobre o licenciamento de projetos implementados no Estado. A composição reúne representantes do poder público, além de diversos setores: empresarial industrial, rural, comércio e serviços, entidades de representação profissional, turismo, sindicatos de trabalhadores rurais, urbanos, comunidades quilombolas, povos indígenas e universidades.

“A importância da participação do Crea está na possibilidade de contribuir tecnicamente sobre o real impacto de determinadas obras para o Estado e, em alguns casos, sugerir condicionantes para que os projetos sejam feitos de acordo com as normas”, avaliou o assessor da presidência, José Augusto Queiroz. Segundo o assessor, a escolha significa um retorno do Crea ao Cepam.

“Em anos anteriores, a área tecnológica estava representada com a participação de conselheiros da capital e do interior. Nesse mandato, o titular do Crea no Conselho de Meio Ambiente, é o assessor parlamentar, Genivaldo Barbosa”, explicou. A primeira suplência na vaga ocupada pelo Crea é ocupada pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Conselho Regional de Administração ocupa a segunda suplência.

Informações Política Livre

Por Redação Mídia Reconcavo



Povos indígenas de Porto Velho reivindicam acordos com Funai

SÍTIO CIMI, 02.06.2014

Povos indígenas de Porto Velho (RO) exigem criação de uma Unidade Gestora da Fundação Nacional do Índio (Funai) no município, depois que os acordos celebrados em maio foram descumpridos pela instituição. Uma carta com as reivindicações foi entregue ao Ministério Público Federal (MPF), Estadual e à Funai.

Leia o documento na íntegra:

Nós, povos indígenas do Município de Porto Velho, Karitiana, Kassupá e Karipuna, na manhã do dia 27 de maio de 2014, ocupamos a sede da CTL/Porto Velho/RO, tendo em vista o não cumprimento do acordo feito com a equipe da Funai/Brasília, (Assessoria da Presidência, Coordenação de Gestão Pessoal, Setor de Promoção Social), na data de 08 de abril, na sede da CTL/PVH.

Neste encontro com a equipe Funai/Brasília, foram discutidos os seguintes pontos:

A precariedade dos serviços da Funai/PVH: não há fiscalização dos nossos Territórios; o Posto de fiscalização na linha 61 sentido Jaci - Paraná se encontra abandonado; não há repasse de informações sobre a compensação do Santo Antonio Energia, ausência de projetos autosustentáveis, etc.

Ficou decidida nesta reunião a demolição de todos os prédios que ocupam espaço como sede da Funai/PVH e alojamentos, pois se encontram em total estado de insalubridade.

Ficou acertado também que, durante o período de construção do novo prédio, a Funai daria suporte aos povos indígenas com relação a transporte para fazer o deslocamento dos indígenas de retorno até as suas respectivas, também ficou acordado que viabilizariam um local em Porto Velho para os estudantes indígenas, uma vez que os mesmos após a demolição não teriam onde residirem. Com relação aos indígenas que trabalham na cidade de Porto Velho e residem nos alojamentos da Funai, foi acordado que dariam um prazo até o dia 22.05.2014, tempo suficiente para encontrarem uma casa. Também foi tratada a questão dos indígenas em trânsito que se deslocam da aldeia até a cidade para venderem artesanatos, os mesmos informaram que teriam um lugar para eles.

Quanto à mudança de gestão da Funai/PVH seria feita uma avaliação e caso houvesse necessidade de uma alteração no quadro de funcionários/servidores, nós povos indígenas seríamos consultados.

A data limite para desocupação do prédio ficou estipulada para o dia 22 de maio deste ano, mas a desocupação total não aconteceu, em virtude de falta de informação referente aos quesitos formais que foram acordados e também a falta de apoio da FUNAI/BSB, por esses e outros motivos até o momento nada foi concretizado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

No dia 27 de maio, tivemos acesso a portaria número 512 e 514 mencionando que o Sr. Maury da Silva Lima e Ademir Custódio Ferreira foram nomeados para exercerem o cargo em comissão de chefe, código DAS 101.1 da Coordenação Técnica Local em Porto Velho/RO sem qualquer consulta a nós indígenas.

Nós, povos indígenas repudiamos esta atitude e não aceitamos estes nomes acima nomeados para a coordenação da CTL/PVH.

Nossa reivindicação neste momento se baseia em que nada foi cumprido do acordo feito na reunião de 24 de abril de 2014 com a equipe Funai/Brasília e lideranças indígenas.

Portanto exigimos:

A criação de uma Unidade Gestora em Porto Velho, desvinculada de Ji-Paraná, com condições de trabalho e descentralização de recursos que atendam as necessidades das comunidades indígenas de curto, médio e longo prazo.

E que os cargos de coordenadores das CTL's desta Unidade Gestora sejam indicados e aprovados pelos indígenas.

Que o Comitê indígena faça parte de todas as decisões referentes às mudanças que ocorrerem nesta Coordenação Técnica Local.

Que a demolição e construção dos prédios da Funai/PVH e alojamentos sejam iniciadas imediatamente, logo após a saída dos estudantes indígenas para outro alojamento fornecido pela Funai.

O projeto arquitetônico desta construção deve ser apresentado e aprovado por nós indígenas da região de Porto Velho.

Que o retorno destas reivindicações nos sejam dadas até 09 de junho de 2014, caso contrário ocuparemos o prédio da Funai/PVH e tomaremos outras medidas responsabilizando a própria Funai pelo que pode vir a ocorrer.

Com cópia para:

Ministério Público Federal

Ministério Público Estadual

Funai/Brasília



Projeto 'Urumari Vivo' inicia suas atividades em defesa de Igarapé em Santarém
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.06.2014

No último dia 9 de maio, uma audiência pública realizada na quadra esportiva Braga Arena, em Santarém, recebeu denúncias dos crimes ambientais identificados pelo Comitê em Defesa do Urumari. Na ocasião foram colocadas sérias questões ao Ministério Público, que estipulou um prazo de 10 dias para que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente fizesse uma vistoria ao longo do igarapé e apresentasse medidas a serem tomadas. Além do Comitê e Secretaria do Meio Ambiente, estiveram presentes representantes da Câmara Municipal de Santarém, Ministério Público Estadual e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

De acordo com Sara Pereira, integrante do Comitê em Defesa do Urumari, esta foi uma ação prévia e necessária para dar início às atividades propostas no projeto socioambiental encaminhado ao Fundo Dema. Enquanto aguarda as decisões do Ministério Público, o Comitê iniciou um levantamento, juntamente com pesquisadores da UFOPA, de estudo de solo, da fauna e flora, bem como suas espécies vegetais e animais, e da qualidade da água.

Diante da oportunidade de ter diversos órgãos institucionais reunidos, o Comitê apresentou o projeto 'Urumari Vivo' por meio de enterneçada mística. "A audiência pública foi o primeiro passo para que possamos iniciar as atividades que constam no projeto. Considero o 'Urumari Vivo' extremamente importante porque ajuda as comunidades a fortalecer a luta do Comitê e possibilita as condições para o trabalho de preservação ser desenvolvido. Essa atividade pode ser feita de forma harmônica, desde que haja conscientização dos moradores e dos órgãos responsáveis pela fiscalização", pontuou Sara Pereira.

Urumari Vivo: um projeto em favor da vida

O igarapé Urumari é um curso natural de água que se encontra em quase toda a sua totalidade dentro da zona urbana de Santarém (PA), na região do Baixo Amazonas. Desde sua nascente até a foz, percorre sete bairros periféricos na zona leste da cidade. Dada a sua importância, este deveria ser preservado enquanto elemento vital à sobrevivência humana. Porém, há anos o ecossistema do Urumari vem sendo agredido e devastado por inúmeros crimes ecológicos cometidos por empresários, madeireiros, proprietários de serrarias, criadores de porcos e búfalos, além da presença crescente de famílias que, não tendo onde morar, constroem palafitas às margens do igarapé.

Com o objetivo de mudar esta situação e sensibilizar a população de forma a compreender que –enquanto recurso hídrico que beneficia a coletividade –, o Urumari deve ser mantido potável, a Associação de Moradores dos bairros adjacentes ao igarapé, juntamente com a Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS) e a Paróquia Cristo Libertador, da localidade, resolveram criar o Comitê em Defesa do Urumari.

A partir de então, desde 2007 quando o Comitê foi criado, tem-se pautado questões da

CONT.



urbanodiversidade ambiental como temática a ser incluída nas políticas ambientais, uma vez que nas cidades amazônicas os igarapés urbanos, na maioria das vezes, foram transformados em valas de esgoto. Com isso, o trabalho desenvolvido pelo Comitê do Urumari e seus parceiros visa a recuperação desse importante manancial urbano na perspectiva de retirá-lo da condição de depósito de poluição e vetor de proliferação de doenças e voltar a ser fonte de lazer, de alimento, de purificação do ar, de amenização da temperatura urbana, de beleza e contemplação da vida e da cultura amazônica.

Em 2011, o Comitê se dispôs a encarar o desafio de proteger o Urumari para esta e as futuras gerações. Por meio da FAMCOS encaminhou um projeto para concorrer a 1ª Chamada Pública de Apoio a Projetos Socioambientais do Fundo Dema. O projeto foi aprovado e agora as comunidades seguem com o desenvolvimento das ações.

Igarapé urbano potável é possível

O avanço capitalista e a ocupação urbana desordenada em torno do Urumari, e ainda a própria ação degradadora por parte do Poder Público – a exemplo das obras de infraestrutura realizadas sem considerar a existência dos mananciais urbanos, como foi o caso do asfaltamento da Rodovia Curuá-Una –, torna a luta pela preservação do igarapé bastante desafiadora. Porém, acredita-se que a recuperação do Urumari é viável a partir da incidência na educação ambiental.

O Comitê em Defesa do Urumari considera necessário que o cidadão tenha conhecimento de seus potenciais tanto quanto seus limites de uso, pois somente por meio da sensibilização será possível cumprir a sentença constitucional de se preservar o meio ambiente de forma ecologicamente equilibrada para as presentes e futuras gerações.

“É preciso somar esforços no sentido de chamar a atenção das comunidades localizadas no entorno do igarapé do Urumari para o estado de degradação em que se encontra esse importante curso d’água urbano, alertar para a necessidade e a possibilidade de frear esse processo de destruição, e cobrar das autoridades ações ambientais urgentes para a preservação e a defesa do manancial do leito desse igarapé”, pontua o Comitê.

Chamada Pública

As Chamadas Públicas lançadas pelo Fundo Dema contam com a parceria do Fundo Amazônia. Por meio desta parceria, em 18 de novembro de 2011 foi publicada a 1ª Chamada Pública do Fundo Dema, com o objetivo de apoiar projetos socioambientais das regiões do Baixo Amazonas, Transamazônica e BR-163.

O Urumari Vivo é um dos 25 projetos aprovados, entre os 38 inscritos para esta chamada, considerando o enquadramento nas linhas temáticas que dão conta do fortalecimento da organização e capacitação socioambiental e econômica das comunidades e também do manejo florestal de recursos naturais.



A inversão de papéis na história da prisão do cacique Babau, por Daniela Fernandes Alarcon

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.06.2014

Tupinambá do sul da Bahia diz que terceira detenção, às vésperas de viagem-denúncia ao Vaticano, teve ameaças claras de morte. Indígenas relatam violações em território ocupado por militares

Por Daniela Fernandes Alarcon, especial para a RBA

Ilhéus – “Eu sou ameaçado de morte, não só pelos fazendeiros, mas pela própria força policial do governo.” Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau – uma das lideranças do povo Tupinambá, que habita o sul da Bahia – vive hoje em um território militarizado e enfrenta mais um lance de um processo de criminalização que teve início assim que os indígenas começaram a recuperar seu território. No último dia 24 de abril, Babau foi preso, após se apresentar à Polícia Federal (PF) em Brasília. Cinco dias depois, uma decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou sua libertação, por estarem ausentes os requisitos legais exigidos para a aplicação de prisão temporária.

O cacique é acusado de envolvimento no assassinato de um pequeno agricultor, Juracy José dos Santos Santana, ocorrido em 10 de fevereiro, na zona rural do distrito de Vila Brasil, município de Una, e teve sua prisão temporária decretada pelo juiz Maurício Alvares Barra, da Vara Criminal da Comarca de Una, dez dias após o caso. A existência do mandado de prisão, contudo, só veio à tona em 17 de abril – menos de 24 horas depois de o cacique receber o passaporte para viajar ao Vaticano, para efetuar denúncias ao papa.

“Nessa última prisão, era para me matarem”, conta Babau, em entrevista à RBA. “Era para eu ser transferido aqui para Ilhéus e já estava tudo certo para a minha execução. Inclusive, quando eu estava preso em Brasília, na cidade de Buerarema fizeram festa. Festejaram e contaram aos quatro ventos: ‘agora nós eliminamos’. Era para ser apenas uma ‘morte de presídio’, como em outros cantos, em que eliminam as pessoas dizendo que é guerra interna dentro do presídio.” Desde 2010 Babau é assistido pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em razão de numerosas ameaças de morte.

Estado: omissão e repressão

Na condução do processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, onde vivem cerca de cinco mil índios, o Estado violou, em todas as etapas, os prazos legalmente estabelecidos. O procedimento de identificação e delimitação da TI foi iniciado em 2004; cinco anos depois, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o relatório circunstanciado elaborado pelo grupo de trabalho a cargo dos estudos técnicos, delimitando a TI em uma área de 47.376 ha, que abrange porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Em abril de 2012, a consultoria jurídica do Ministério da Justiça manifestou-se pela aprovação dos estudos

CONT.



elaborados pelo órgão indigenista – que comprovam, de forma conclusiva, a tradicionalidade

da ocupação do território. Contudo, até agora, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não assinou a portaria declaratória da TI.

Em lugar de encaminhar o processo para as etapas finais – incluindo o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil de cliente da reforma agrária –, Cardozo instalou uma “mesa de diálogo”, mecanismo que o governo federal tem adotado em regiões onde há forte presença do agronegócio. Em face da demora, o Ministério Público Federal (MPF) propôs ações civis públicas responsabilizando o Estado por não cumprir sua atribuição legal de proteger os direitos territoriais indígenas, conforme determinam a Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais de que Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por determinação de Cardozo, desde agosto de 2013 a TI encontra-se militarmente ocupada. Em 28 de janeiro último, agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e da PF instalaram uma base na aldeia Serra do Padeiro, onde vive o cacique Babau. Em fevereiro, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, por ordem da presidenta Dilma Rousseff, para “garantir a lei e a ordem”, “pacificando” a área.

No marco da presença militar, os indígenas passaram a ser vigiados ostensivamente, sendo alvo também de ações de reintegrações de posse violentas. Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a liminar que determinava o cumprimento de uma série de reintegrações de posse, mas a ocupação militar persiste. “A ditadura só mudou de face”, diz Babau. “Ela continua implantada no país. Nós não temos democracia. A democracia é só para quem tem dinheiro.”

Em carta de 24 de março, os Tupinambá informaram estar sofrendo constantes ameaças por parte das forças de segurança: “Eles estão sempre forjando situações para nos incriminar, dando tiros de armas pesadas todas as noites.” Após um ataque policial, os indígenas recolheram mais de vinte cápsulas disparadas de munição letal para fuzil.

Ainda conforme o documento, em 23 de março um indígena foi espancado por policiais. Na véspera, denunciaram, os agentes revistaram uma menina indígena de 14 anos que voltava da casa de farinha para sua morada, desacompanhada, e ordenaram que ela erguesse a blusa, tocando em diferentes partes de seu corpo. “Eles disseram que vinham botar essa base para nos proteger, e ela veio para nos matar. Se nós tivéssemos dado a testa, tinham nos matado”, diz uma indígena que vive em uma área retomada, cenário de recentes ações policiais truculentas.

Sequestro

A presença das forças policiais não tem coibido a violência contra os indígenas. Entre outros incidentes, em 14 de agosto de 2013 um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (EEITSP) foi alvejado na estrada. Ninguém foi baleado, mas estilhaços do para-brisas, que se quebrou, feriram dois estudantes não indígenas. Dez dias depois, indígenas que vivem na zona urbana de Buerarema tiveram suas

CONT.



casas e bens pessoais incendiados por indivíduos contrários à demarcação. Em 8 de novembro, três indígenas foram assassinados em uma emboscada, a tiros e golpes de facão.

Já em 2 de fevereiro, a PF e a Força Nacional realizaram uma ação de reintegração de posse em uma área retomada pelos Tupinambá, o conjunto São José, utilizando bombas de gás lacrimogêneo para dispersar indígenas que ali se encontravam. No tumulto provocado pelo ataque policial, M.S.M., um indígena de dois anos de idade, desgarrou-se da mãe, Rosilene Bispo dos Santos, e foi levado pelos policiais.

"Essa é as casca das balas que os policiais atiraram em nós índios". Foto internet

"A criança ficou no meio da fumaça da bomba que a polícia atirou, enquanto a mãe ficava desesperada e correndo sem saber o que estava acontecendo", relataram os Tupinambá em carta aberta divulgada no dia seguinte ao ataque.

"De repente, a polícia levou o menino", conta a avó da criança. "Eu me desesperei – não nego para ninguém. Eles sequestraram a criança. Porque ela estava com o pai e a mãe. Jamais deveriam ter feito isso com uma criança: tirar do braço de seu pai, de sua mãe e jogar lá para os estranhos, como quem foi achado na rua." O menino foi retirado da área indígena e encaminhado pelo delegado Severino Moreira da Silva ao Conselho Tutelar de Ilhéus. Apenas cinco dias depois a família pôde levar a criança de volta para casa.

Nesse sentido, dizem os Tupinambá, a atuação policial não está voltada à garantia da ordem pública e ao cumprimento da lei, mas tem por objetivo assegurar interesses privados de grupos e indivíduos contrários à demarcação, inclusive por meio da vigilância de pretensas propriedades particulares, em evidente desvio de atribuição.

Ao relatar o caso, em fevereiro, o governo federal contou ter proporcionado o reencontro da criança com seus pais. Nota da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República diz que a mãe assinou um termo de devolução em Ilhéus. "O menino tupinambá havia se perdido da mãe no último domingo, durante uma operação para reintegração de posse de uma fazenda em Buerarema, a 50 quilômetros de Ilhéus. Ele estava com a mãe na mata, quando se assustou com a movimentação e se desprendeceu. Ele foi acolhido por agentes da Polícia Federal (PF), que o encaminharam ao Conselho Tutelar de Ilhéus, sendo posteriormente conduzido a um abrigo."

Conforme noticiado pela mídia tradicional, no início do ano, o comandante da Força Nacional na área foi afastado do cargo para investigação, após denúncias de que agentes da corporação atuaram na segurança de uma partida de futebol organizada pela prefeitura de Buerarema, em 5 de janeiro.

Após a instalação da base, a imprensa local noticiou que a Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema (Aspaiub), entidade mobilizada contra a demarcação, enviou comitiva a Brasília, reunindo-se com representantes do STF, Presidência da República, MPF e Ministério da Defesa para obstruir a demarcação, agradecer pela presença das forças policiais no território e exigir novas reintegrações. Nessas gestões, a Aspaiub vem sendo auxiliada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – ponta de lança dos

CONT.



interesses ruralistas no país, presidida pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO). “Quem está mandando na polícia agora são os fazendeiros”, sintetiza um indígena.

“Um só milímetro”

Os recentes ataques contra os Tupinambá inscrevem-se em uma longa história de violência expropriatória, pontilhada por aldeias extintas em massacres, devastadoras enfermidades contagiosas, estupros, tomas de terras, ações policiais truculentas e prisões ilegais de lideranças. Em junho de 2009, agentes da PF torturaram cinco indígenas com choques elétricos, o que foi confirmado por laudo do Instituto Médico Legal (IML); em 2011, um indígena teve a perna direita amputada após ser alvejado por agente da PF à paisana. Só Babau foi encarcerado três vezes – em 2010, permaneceu cinco meses preso, parte dos quais em um presídio de segurança máxima em Mossoró, Rio Grande do Norte.

“Já descobriram uma coisa: bote na imprensa, convença o povo, deixe estar que no Judiciário vai ser condenado. ‘Pode ser inocente, mas nós condenamos, porque a imprensa é que define.’ Isso é muito grave”, diz o cacique. Nos dias 25 e 26 de fevereiro, o Jornal da Band veiculou, em rede nacional, reportagens denunciando a “fraude que criou uma tribo de falsos índios”, apresentando numerosos dados equivocados e conteúdo discriminatório. Por essa razão, os Tupinambá estão processando o Grupo Bandeirantes de Comunicação. “Essa imprensa”, enfatiza Babau, “está servindo à concentração de terra no país, à corrupção e à criminalização dos pobres e dos movimentos sociais”.

Nesse quadro, diversas entidades – como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CNDPH) e a Associação de Juízes para Democracia (AJD) – têm se manifestado demandando a conclusão do processo demarcatório. Esta última posicionou-se em ofício remetido ao ministro da Justiça, afirmando que “o único caminho para cessar a violência e garantir justiça para todos os envolvidos é a demarcação das terras”.

“Colocaram a polícia para amedrontar o povo Tupinambá, para ver se o povo recuava, não mantinha a reivindicação da terra e aceitava a negociação que o governo federal quisesse”, analisa Babau. “Foi para isso: para chantagear, violar todos os direitos. Nós, aqui na Serra, falamos assim: ‘Pode mandar toda a polícia que quiser. Nós não vamos recuar um só milímetro’. E não recuamos.”



Boletim de Notícias - Edição nº 96 / 2014

Brasília, 02 de junho de 2014.

A Peleja do Povo Contra o Dragão de Ferro [Não à Vale e a Carajás!]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.06.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=p-uWf7DsE2I

Versão reduzida do filme produzido pelo Seminário Internacional Carajás 30 Anos, contando um pouco dos impactos dos projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental e das resistências das populações locais a esses processos que, num conluio entre governos e corporações, aumentam a desigualdade, sugam as riquezas naturais e procuram invisibilizar as populações.